|  |  |
| --- | --- |
| **Documento de consulta para as Partes Interessadas da Fairtrade:**  Revisão do Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade | |
| Período de consulta | 16 de setembro – 14 de novembro de 2024 |
| Gestor de Projeto | Oksana Forkutsa, Gestor de Projeto de Critérios Sénior |

**PARTE 1 Introdução**

**1. Introdução geral**

Os Critérios de Comércio Justo Fairtrade estabelecem termos de comércio mais justos e apoiam o desenvolvimento sustentável de produtores de pequena escala e trabalhadores de regiões historicamente desfavorecidas no comércio global, estabelecendo requisitos sociais, económicos e ambientais. Os produtores e os comerciantes devem cumprir os Critérios de Comércio Justo Fairtrade aplicáveis​ para que os seus produtos sejam certificados como Critérios de Comércio Justo Fairtrade. Na Fairtrade International, a unidade de Standard & Pricing (S&P) é responsável pelo desenvolvimento de Critérios de Comércio Justo Fairtrade. O procedimento seguido, conforme descrito no [Procedimento Operacional Tipo para o Desenvolvimento dos Critérios de Comércio Justo Fairtrade](https://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/SOP_Development_Fairtrade_Standards.pdf) foi concebido em conformidade com todos os requisitos do [Código de Boas Práticas do *ISEAL Code of Good Practice* para o Estabelecimento de Critérios Sociais e Ambientais](https://www.isealalliance.org/our-work/defining-credibility/codes-of-good-practice/standard-setting-code). Isto envolve uma ampla consulta com as partes interessadas para garantir que os critérios novos e revistos refletem os objetivos estratégicos da Fairtrade International, baseiam-se nas realidades dos produtores e dos comerciantes e correspondem às expectativas dos consumidores.

Está desde já convidado/a a participar na terceira ronda de consulta para rever o [Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade](https://files.fairtrade.net/TS_EN.pdf). Para este efeito, solicitamos que apresente a sua opinião sobre os temas sugeridos neste documento e convidamo-lo/a a apresentar explicações, análises e exemplos subjacentes às suas declarações. Todas as informações que recebermos dos participantes serão tratadas com cuidado e mantidas confidenciais.

**Deverá enviar os seus comentários para** [**standards-pricing@fairtrade.net**](mailto:standards-pricing@fairtrade.net) **até 14 de novembro de 2024.** Se tiver alguma dúvida sobre o projeto de critério ou o processo de consulta, agradecemos que contacte [standards-pricing@fairtrade.net](mailto:standards-pricing@fairtrade.net)

Após a consulta, a S&P irá preparar um documento em que serão compilados os comentários feitos, o qual será enviado por e-mail a todos os participantes e também estará disponível no nosso site da Fairtrade International. Os próximos passos do projeto são apresentados na secção quatro.

**2. Enquadramento**

O Critério para Comerciantes deve ser revisto integralmente. A primeira ronda de consulta foi em 2022, em que as partes interessadas foram convidadas a partilhar as suas opiniões no formato exploratório sobre os seguintes temas: Devida Diligência de Direitos Humanos (incluindo Salários Dignos e Rendimento Digno), rastreabilidade e transparência, papel do comerciante (incluindo o plano de fornecimento e o pré-financiamento) e os requisitos que são implementados após uma abordagem voluntária das melhores práticas. A segunda consulta focou-se apenas em propostas técnicas nos temas da DDDHA, recolhendo feedback sobre os requisitos propostos. Com base na análise do feedback fornecido na segunda ronda de consultas, o Comité de Critérios decidiu a adição de novos requisitos de DDDHA no Critério para Comerciantes, que também incluiu a adição de definições relacionadas com a cadeia de fornecimento, definição da dimensão do comerciante.

Com base nos resultados das primeira e segunda rondas de consulta, esta terceira ronda inclui uma proposta mais técnica de discussão com as partes interessadas e outros.

**3. Objetivos da revisão do critério integral**

* Rever e analisar questões pendentes no Critério para Comerciantes desde a última revisão
* Recolher temas, questões e preocupações adicionais sobre o Critério para Comerciantes de grupos de partes interessadas relevantes e estudos recentes
* Explorar mecanismo para resolver ou limitar ocorrências de práticas de comércio injusto[[1]](#footnote-1) (UTP)
* Explorar as opções para a implementação da Devida diligência em matéria de direitos humanos e de ambiente por parte dos comerciantes, incluindo medidas para identificar, prevenir, mitigar e remediar quaisquer violações de direitos humanos e danos ambientais na cadeia de fornecimento, bem como a avaliação de riscos e o mecanismo de reclamação
* Explorar as opções para coinvestimentos na implementação da DDDHA em toda a cadeia de fornecimento
* Explorar os caminhos para facilitar o Critério para Comerciantes para permitir a concretização de Salários Dignos e Rendimento Digno
* Avaliar a praticidade do conceito de “Requisitos de Melhores Práticas voluntárias” em todas as secções do critério relevantes, incluindo os requisitos de gestão de impactos ambientais;
* Integrar requisitos do critério baseados no resultado no Critério para Comerciantes
* Avaliar a viabilidade de incluir outros atores da cadeia de fornecimento no âmbito da certificação
* Procurar soluções das partes interessadas para resolver questões relacionadas
* Realizar consultas sobre soluções com grupos de partes interessadas relevantes
* Garantir a consistência dos critérios, alinhando as alterações em todos os critérios de produtos relacionados
* Garantir o alinhamento das alterações introduzidas no critério com as ferramentas existentes da cadeia de fornecimento digital
* Melhorar a linguagem do critério para uma melhor clareza e simplicidade
* Desenvolver propostas finais para o Critério para Comerciantes para aprovação pelo Comité de Critérios

**4. Informação sobre o Projeto e o Processo**

O projeto teve início no T4 2021 e a [atribuição do projeto](https://www.fairtrade.net/standard/trader-standard-review-2021) está disponível no site da Fairtrade International.

O atual [Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade](https://files.fairtrade.net/TS_EN.pdf) também está disponível no site da Fairtrade International.

O progresso até à data e os próximos passos são a seguir descritos

|  |  |
| --- | --- |
| **Atividade** | **Cronograma** |
| Âmbito | Novembro-Dezembro, 2021 |
| Pesquisa, desenvolvimento de projeto para consulta | Janeiro-Junho, 2022 |
| Primeira ronda de consulta | Agosto-Setembro 2022 |
| Segunda ronda de consulta | Junho-Setembro, 2023 |
| Segunda ronda de proposta de redação | Novembro-Dezembro, 2023 |
| Publicação do critério com novos requisitos de DDDHA | T2, 2024 |
| Terceira ronda de consulta | T2-T3, 2024 |
| Decisão do SC | Dezembro de 2024 |
| Publicação | T1 2025 |

**5. Acrónimos e definições**

|  |  |
| --- | --- |
| DD | Devida diligência |
| UE | União Europeia |
| FI | Fairtrade International |
| FMP | Preço Mínimo do Comércio Justo Fairtrade |
| FP | Prémio do Comércio Justo Fairtrade |
| GMB | *Group Mass Balance* |
| GPM | Gestor de Produto Global |
| HL | Trabalho Contratado |
| DDDHA | Devida diligência em matéria de direitos humanos e de ambiente |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| MB | Balanço de Massa |
| ONF | Organização Nacional de Comércio Justo Fairtrade |
| ONG | Organização Não Governamental |
| PN | Redes de Produtores |
| PO | Organização de Produtores |
| SPO | Organização de Pequenos Produtores |
| TS | Critério para Comerciantes |

**Os** **grupos-alvo desta consulta são:**

* Licenciados, retalhistas e comerciantes certificados ou interessados em se tornarem certificados segundo o Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade.
* Produtores SPO já certificados ou interessados em se tornarem certificados segundo o Critério do Comércio Justo Fairtrade para Organizações de Pequenos Produtores.
* Produtores HLO já certificados ou interessados em se tornarem certificados segundo o Critério do Comércio Justo Fairtrade para organizações de Trabalho Contratado.
* Redes de Produtores, Organizações de Comércio Justo Fairtrade Nacionais, Fairtrade International, FLOCERT, ONG, Sindicatos, investigadores, etc.

**6. Confidencialidade**

Todas as informações que recebermos dos participantes serão tratadas com cuidado e mantidas confidenciais. Os resultados desta consulta apenas serão comunicados de forma agregada. Todo o feedback será analisado e utilizado para elaborar a proposta final. No entanto, ao analisar os dados, temos de saber quais as respostas de produtores, comerciantes, licenciados, etc., pelo que solicitamos que nos forneça informações sobre a sua organização.

**Estrutura do questionário:**

Para cada tema, as partes interessadas são convidadas a comentar a proposta de alteração do critério. As partes interessadas são também convidadas a sugerir ideias adicionais para resolver questões específicas da sua indústria de produtos ou cadeia de fornecimento.

Refira-se que todos os novos conteúdos cuja introdução no critério é proposta estão marcados a ‘laranja’. Algumas propostas e perguntas estão estruturadas num formato de tabela em que a alteração e a escolha de respostas propostas são fornecidas em colunas separadas.

Se é uma organização produtora, as Redes de Produtores (PN) podem realizar workshops para promover discussões coletivas sobre os temas deste questionário, devendo contactar a sua PN para obter mais informações.

As organizações de comerciantes, licenciados ou retalhistas serão contactados pela respetiva Organização de Comércio Justo Fairtrade Nacional ou Rede de Produtores (organizações de comerciantes no Sul), ou pela Fairtrade international, com a opção de participar em conversas abertas em workshops, webinars online ou conversação direta.

O tempo de que necessita para responder ao questionário depende do detalhe das suas respostas. A sua contribuição é muito importante, por isso, dedique o tempo que for necessário, pois agradecemos respostas detalhadas. A versão online é guardada automaticamente para que não tenha de responder de uma só vez e possa voltar ao questionário mais tarde.

**Por favor, use todo o espaço de que precisar para responder às perguntas.**

**PARTE 2 Consultas do Projeto de Critério**

Esta consulta está dividida nas seguintes secções:

Índice

[0. Informações sobre a sua organização 6](#_Toc177510336)

[**Tópicos para consulta** 7](#_Toc177510337)

[**1.** **Comunicação sobre DDDHA** 7](#_Toc177510338)

[**2.** **Modelos de rastreabilidade** 12](#_Toc177510339)

[**3.** **Gestão de dados para uma melhor rastreabilidade e transparência** 24](#_Toc177510340)

[**4.** **Relação de comércio sustentável** 27](#_Toc177510341)

[Fornecimento de pré-financiamento 28](#_Toc177510342)

[Plano de fornecimento, informações de mercado e outro apoio 32](#_Toc177510343)

[Compromisso e contratos a longo prazo 38](#_Toc177510344)

[Direitos laborais e Proteção do ambiente 42](#_Toc177510345)

[*Trabalho forçado 42*](#_Toc177510346)

[*Proteção ambiental 44*](#_Toc177510347)

[**5.** **Função de exportador** 47](#_Toc177510348)

[**6.** **Práticas comerciais injustas** 50](#_Toc177510349)

[**7.** **Outras alterações** 53](#_Toc177510350)

[**Feedback geral das partes interessadas sobre a revisão do Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade** 58](#_Toc177510351)

# Informações sobre a sua organização

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **P0.1 Faculte-nos informações sobre a sua organização para que possamos analisar os dados com precisão e contactá-lo/a para esclarecimentos, se necessário.**  **Os resultados do inquérito serão apenas apresentados de forma agregada e todas as informações dos inquiridos serão mantidas confidenciais.**  Nome da sua organização:  FLO ID:  País:  Nome da pessoa de contacto:  E-mail da pessoa de contacto:  **P 0.2 As suas respostas são baseadas na sua opinião pessoal ou é uma opinião coletiva que representa a sua organização?**  Opinião individual  Opinião coletiva, que representa a minha organização / empresa  **P 0.3 Qual é a sua responsabilidade na cadeia de fornecimento?**  **Assinale todas as quadrículas que se aplicam**   |  |  | | --- | --- | | Produtor/a  Exportador/a  Importador/a  Fabricante/Processador | Licenciado/a  Retalhista  Proprietário/a de marca  Outro (por ex. PN, NFO, FLOCERT, FI) *r* |   **P4 Qual é o seu produto principal? Selecione um produto.**  Se comercializar/produzir vários produtos, selecione a opção ‘Outros’ e forneça mais informações na caixa de comentários. **Assinale apenas uma quadrícula**   |  |  | | --- | --- | | Banana  Cana de açúcar  Cereais  Cacau  Café  Culturas de fibras (incluindo algodão)  Flores e plantas  Fruta fresca (exceto banana)  Sumos de fruta | Ouro e metais preciosos associados  Mel  Ervas e chás de ervas e especiarias  Frutos de casca rija  Sementes de óleo e frutos oleaginosos  Frutas e legumes preparados e conservados  Chá  Legumes  **Outros** ou produtos variados (especificar aqui): |   **P5 Se a sua empresa for uma organização certificada de Comércio Justo Fairtrade, selecione abaixo qual a função na cadeia de fornecimento de Comércio Justo Fairtrade que se aplica à sua empresa e em que sistema de rastreabilidade funciona a sua empresa:**  **Assinale todas as quadrículas que se aplicam**  **Pagador do Comércio Justo Fairtrade** (*ou seja, responsável por pagar o Preço ou Prémio do Comércio Justo Fairtrade*)  **Intermediador do Comércio Justo Fairtrade** (*ou seja, responsável por intermediar o Preço ou Prémio do Comércio Justo Fairtrade do pagador ao produtor*)  **Primeiro comprador** (ou seja, a empresa que compra diretamente ao produtor)  **Comércio ao abrigo do modelo Ingrediente de Origem Fairtrade**  **Comércio ao abrigo do Balanço de massa** (*single site mass balance*)  **Comércio ao abrigo do Balanço de massa** (*group mass balance*)  **Comércio ao abrigo da rastreabilidade física**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Nenhuma das anteriores,** (especifique aqui): |

**Tópicos para consulta**

1. **Comunicação sobre DDDHA**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Enquadramento:** A Devida diligência em matéria de direitos humanos e de ambiente (DDDHA) envolve a gestão dos riscos e dos impactos adversos que os negócios podem ter para as pessoas e o planeta. Muitos comerciantes são cada vez mais obrigados por lei a realizar a DDDHA.  O processo de DDDHA tem cinco etapas: comprometer-se, identificar, resolver e remediar, rastrear o progresso e comunicar sobre este trabalho às partes interessadas ([para mais detalhes, consulte orientação, página 4](https://files.fairtrade.net/publications/Fairtrade_HREDD-guide-for-traders_EN.pdf)).  **Aprendizagem com as consultas de partes interessadas:** Após duas rondas de consulta em 2022 e 2023, o Critério para Comerciantes inclui agora os requisitos de DDDHA aplicáveis a todas as organizações de comerciantes certificadas. Estas exigem que as empresas consultem e informem os seus fornecedores imediatos de Comércio Justo Fairtrade sobre várias medidas de DDDHA, mas não incluem a exigência de comunicar com outras partes interessadas externas.  As nossas consultas de critérios anteriores mostraram que algumas partes interessadas já estão a comunicar sobre as suas atividades de diligência devida através de relatórios de Sustentabilidade, Código de Conduta e outros documentos relevantes que publicam no seu site. Muitas partes interessadas reconheceram que os relatórios e a comunicação são cruciais na DDDHA, mas deve haver clareza sobre o tipo exato e o detalhe da informação que deve ser tornada pública ([para mais informações consulte a sinopse](https://files.fairtrade.net/standards/Synopsis-Paper-HREDD-in-TS.pdf)).  Para além das consultas acima referidas, a Fairtrade mapeou as áreas de reporte (indicadores) descritas nos regulamentos e normas internacionais e regionais de DDDHA (ver no [Anexo 1](#Annex1) a lista de regulamentos incluídos no estudo).  **A alteração proposta nesta secção inclui um novo requisito que corresponde ao Passo 5 da DDDHA “Comunicar”**  **Proposta 1. Introduzir um novo requisito Básico/Ano 3 para que as organizações de comerciantes reportem à Fairtrade sobre a sua DDDHA. O requisito indicará também sobre que temas da DDDHA seria necessário reportar.**  ***Nota:*** *O acesso à plataforma Fairtrade será concedido apenas aos operadores certificados no Comércio Justo Fairtrade. As informações serão utilizadas para desenvolver o apoio da Fairtrade a organizações certificadas, bem como os relatórios e os painéis da Fairtrade, em que a informação é partilhada a nível altamente agregado. A Fairtrade monitoriza a evolução da rastreabilidade e das normas de transparência nas cadeias de fornecimento globais. Se os formatos de partilha acrescida se tornarem relevantes, estes formatos serão acordados com as partes interessadas.*  **NOVO. Reporte sobre DDDHA**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a**:Todos os comerciantes | | | **Básico** | Reporta à Fairtrade sobre medidas da DDDHA que empreendeu no ano anterior. | | **Año 3** |   **Justificação:** O Comércio Justo Fairtrade utilizará as informações reportadas, nomeadamente, para compreender se e como os intervenientes nas cadeias de valor do Comércio Justo Fairtrade partilham as responsabilidades e investimentos para o trabalho de devida diligência. As informações a reportar estão alinhadas com as legislações da UE e nacionais para garantir que o esforço de conformidade poderá ser simplificado e o ónus de reportar é minimizado. A plataforma de reporte de Comércio Justo Fairtrade fornecerá uma estrutura clara sobre o que deve ser reportado, incluindo tipos e categorias para atividades. A plataforma mostra aos comerciantes que informações são cada vez mais procuradas pelos compradores e fornecedores  **Implicação:** Será obrigatório que as organizações comerciantes reportem na plataforma de Comércio Justo Fairtrade sobre as suas ações de DDDHA para identificar, monitorizar, prevenir, mitigar, remediar e pôr fim aos impactos.  **Pergunta 1: Concorda com a introdução do NOVO requisito Básico/Ano 3 sobre reporte da DDDHA à Fairtrade?**  *(consulte as Perguntas 1a e 1b infra para compreender melhor que atividades e medidas da DDDHA poderá o requisito de reporte abranger****)***  Concordo  Concordo parcialmente  Discordo  Não sei / Não é relevante para mim  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 1a: Na tabela seguinte indique que tópico de reporte aceita incluir no requisito acima proposto. As áreas/temas propostos correspondem aos requisitos da HREDD no** [**Critério para Comerciantes** (*requisitos 3.1.1 e 4.1.1*).](https://files.fairtrade.net/standards/TS_EN.pdf)   |  | | --- | | **Os indicadores propostos estão alinhados com os regulamentos e normas de DDDHA internacionais/regionais (**[**ver A**nexo 1](#Annex1)**).**  **Concorda com a partilha de informações sobre as seis áreas de DDDHA propostas a seguir?** |  |  |  | | --- | --- | | **1. Aumento da conscientização:** | | | *Reportar o número de participantes que participaram nas atividades de aumento da conscientização*  *O número de participantes é comunicado com uma decomposição por:*   * *masculino e feminino;* * *externo (por exemplo, subcontratado, fornecedor) ou interno (funcionário, gestão)*   **Sim**  **Não *(especifique na próxima coluna →)*** | ***se NÃO aceita partilhar a informação,***  ***indique os motivos*** *(assinale todas as quadrículas que se aplicam)*  não é claro que informação deve ser reportada  recursos ou conhecimentos internos insuficientes para gerir e reportar dados  acréscimo da carga administrativa e dos custos  dificuldade na recolha de dados exatos  dificuldade na verificação e validação da informação  Preocupações sobre a privacidade e a segurança dos dados  Preocupações sobre a revelação de informações de concorrência  Potencial impacto negativo na reputação da empresa  Outro, especifique aqui | | **2. Avaliações de risco:** | | | *Reportar quais as três questões mais salientes identificadas nas suas próprias operações e nas cadeias de fornecimento, bem como quais os grupos vulneráveis de pessoas que foram identificados (que poderiam ser afetados mais do que outros)*  **Sim**  **Não *(especifique na próxima coluna →)*** | ***se NÃO aceita partilhar a informação,***  ***indique os motivos*** *(assinale todas as quadrículas que se aplicam)*  não é claro que informação deve ser reportada  recursos ou conhecimentos internos insuficientes para gerir e reportar dados  acréscimo da carga administrativa e dos custos  dificuldade na recolha de dados exatos  dificuldade na verificação e validação da informação  Preocupações sobre a privacidade e a segurança dos dados  Preocupações sobre a revelação de informações de concorrência  Potencial impacto negativo na reputação da empresa  Outro, especifique aqui | | **3. Mecanismo de reclamação com base em Direitos Humanos** | | | *Reportar sobre:*   * *número e tipo\* de reclamações recebidas* * *número e tipo\* de reclamações resolvidas* * *número médio de dias decorridos para as resolver* * *grupos de partes interessadas\* que reportaram estas reclamações*   **Sim**  **Não *(especifique na próxima coluna →)***  ***\*Tenha em atenção*** *que as categorias para os tipos de reclamações e grupos de partes interessadas serão fornecidas na plataforma de relatórios* | ***se NÃO aceita partilhar a informação,***  ***indique os motivos*** *(assinale todas as quadrículas que se aplicam)*  não é claro que informação deve ser reportada  recursos ou conhecimentos internos insuficientes para gerir e reportar dados  acréscimo da carga administrativa e dos custos  dificuldade na recolha de dados exatos  dificuldade na verificação e validação da informação  Preocupações sobre a privacidade e a segurança dos dados  Preocupações sobre a revelação de informações de concorrência  Potencial impacto negativo na reputação da empresa  Outro, especifique aqui | | **4. Políticas de Direitos Humanos e Ambiental** | | | *listar as políticas de direitos humanos/ambientais que a sua organização está a implementar.*  **Sim**  **Não *(especifique na próxima coluna →)*** | ***se NÃO aceita partilhar a informação,***  ***indique os motivos*** *(assinale todas as quadrículas que se aplicam)*  não é claro que informação deve ser reportada  recursos ou conhecimentos internos insuficientes para gerir e reportar dados  acréscimo da carga administrativa e dos custos  dificuldade na recolha de dados exatos  dificuldade na verificação e validação da informação  Preocupações sobre a privacidade e a segurança dos dados  Preocupações sobre a revelação de informações de concorrência  Potencial impacto negativo na reputação da empresa  Outro, especifique aqui | | **5. Planos de ação** | | | *Listar as principais ações que a organização realizou no ano passado para tratar dos seus impactos adversos reais (ou seja, existentes) e potenciais sobre os direitos humanos e o ambiente e descrever os principais resultados destas ações. Deve incluir qualquer diálogo e colaboração e apoio prestados aos fornecedores e/ou produtores de Comércio Justo Fairtrade.*  **Sim**  **Não *(especifique na próxima coluna →)*** | ***se NÃO aceita partilhar a informação,***  ***indique os motivos*** *(assinale todas as quadrículas que se aplicam)*  não é claro que informação deve ser reportada  recursos ou conhecimentos internos insuficientes para gerir e reportar dados  acréscimo da carga administrativa e dos custos  dificuldade na recolha de dados exatos  dificuldade na verificação e validação da informação  Preocupações sobre a privacidade e a segurança dos dados  Preocupações sobre a revelação de informações de concorrência  Potencial impacto negativo na reputação da empresa  Outro, especifique aqui | | **6. Apoio** | | | *comunicar os tipos\* de apoio fornecido a cada organização de produtores com um valor monetário estimado correspondente (quando relevante).*  Se não se adquirir diretamente a produtores e prestar apoio através dos seus parceiros de negócios/comerciantes de Comércio Justo Fairtrade da sua cadeia de abastecimento de Comércio Justo Fairtrade, tem de garantir que esta informação está disponível para poder reportar  **Sim**  **Não *(especifique na próxima coluna →)***  ***\*Por exemplo*** *o tipo de apoio poderá ser: “Apoio sobre monitorização de desflorestação”, “Apoio sobre o Plano de Ação de Biodiversidade”, “Apoio sobre condições de trabalho”* | ***se NÃO aceita partilhar a informação,***  ***indique os motivos*** *(assinale todas as quadrículas que se aplicam)*  não é claro que informação deve ser reportada  recursos ou conhecimentos internos insuficientes para gerir e reportar dados  acréscimo da carga administrativa e dos custos  dificuldade na recolha de dados exatos  dificuldade na verificação e validação da informação  Preocupações sobre a privacidade e a segurança dos dados  Preocupações sobre a revelação de informações de concorrência  Potencial impacto negativo na reputação da empresa  Outro, especifique aqui |   **Pergunta 1b: Na tabela abaixo, indique com quem aceitaria partilhar as informações reportadas e a que nível – agregado ou desagregado.**   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Com quem aceitaria partilhar estas informações?**  *Selecione todas as opções que se aplicam* | ***Como pensa que deve ser partilhada informação\* sobre DDDHA?*** | | | ***\*Agregada*** | ***\*Desagregada*** | | **\*\****Com a Fairtrade (incluindo a Fairtrade International, Organizações de Comércio Justo Fairtrade Nacionais/Organizações de Marketing, as Redes de Produtores na Ásia, África e Regiões da América Latina)* |  |  | | Com fornecedores ao abrigo de acordos de confidencialidade |  |  | | Com compradores (por exemplo, parceiros comerciais) ou fornecedores ao abrigo de acordos de confidencialidade ou quando o comprador está comprometido com a conduta empresarial responsável |  |  | | Com compradores (por exemplo, parceiros comerciais) ou fornecedores sem acordos de confidencialidade |  |  | | Com quaisquer partes interessadas externas (por exemplo, sindicatos, ONG e outros) |  |  | | Só quando for necessário para o cumprimento jurídico dos parceiros de negócio ou da Fairtrade |  |  | | Outro, especifique aqui |  |  |   ***\*****Nível agregado significa a informação a um nível elevado de agregação (por exemplo, global, região, produto, etc.). Os dados são considerados agregados quando combinam dados e informações de, pelo menos, três organizações.*  *Nível desagregado significa que a informação será partilhada no nível mais baixo de desagregação (ou seja, empresa individual/organização do comerciante)*  ***\*\*****As informações serão utilizadas para desenvolver o apoio da Fairtrade a organizações certificadas, bem como os relatórios e os painéis da Fairtrade, em que a informação é partilhada a nível altamente agregado. A Fairtrade monitoriza a evolução da rastreabilidade e das normas de transparência nas cadeias de fornecimento globais. Se os formatos de partilha acrescida se tornarem relevantes, estes formatos serão acordados com as partes interessadas.*  **Algum comentário** |

1. **Modelos de rastreabilidade**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Enquadramento:** O Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade aplica-se a todos os que negociam (compram, vendem ou processam) produtos certificados de Comércio Justo Fairtrade até ao ponto de embalagem pronta para o consumidor. A rastreabilidade e a transparência estão entre os princípios fundamentais do Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade. Os seguintes modelos de rastreabilidade estão atualmente definidos e descritos no Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade: *A* ***Rastreabilidade física*** *(segregação física do produto), o* ***Mass balance*** *quando (algumas) mercadorias certificadas de Comércio Justo Fairtrade podem ser fisicamente misturadas com produtos não Comércio Justo Fairtrade e* ***Rastreabilidade documental*** *para todos os clientes certificados têm de manter um registo do que compram e vendem como Comércio Justo Fairtrade, documentando pelo menos o volume, a forma de produto, o nome dos seus parceiros de negócio, as datas de compra e venda.*  Os recentes desenvolvimentos da legislação da UE e as crescentes necessidades de todos os parceiros de mais transparência na sua cadeia de abastecimento incitam o sistema de Comércio Justo Fairtrade a tirar partido da sua estrutura e relações existentes com os intervenientes da cadeia de fornecimento para incentivar o reporte de dados de rastreabilidade.  **Aprendizagem com as consultas de partes interessadas:** A consulta anterior sobre a Preservação da Identidade (IP) mostrou uma resposta positiva global das partes interessadas e muitos reconheceram a necessidade e a importância de esse conceito estar em vigor. As preocupações centravam-se na adequação deste conceito para diferentes indústrias de produtos, potencial ónus administrativo adicional se este se tornar um requisito obrigatório e falta de capacidade e ferramentas para permitir uma implementação bem-sucedida. Um dos elementos da Preservação da Identidade é o reporte de produtos adquiridos e vendidos com referência a um número de identificação exclusivo que já está ativado na ferramenta de rastreabilidade da Fairtrade, Fairtrace, para os comerciantes de Café. As propostas na secção correspondente refletem sugestões e aprendizagens.  Para além da IP, outra proposta é explorar a opção mais reforçada de Mass Balance, denominado Single Site Mass Balance (SSMB) ao nível do lote. O SSMB ao nível do lote oferece uma opção de balanço de massa mais robusta em que a combinação de volumes certificados e não certificados é controlada. Na respetiva secção abaixo são fornecidos mais detalhes sobre este modelo.  A Fairtrade gostaria de introduzir as duas novas opções de rastreabilidade acima mencionadas para permitir uma maior rastreabilidade de produtos de Comércio Justo Fairtrade em toda a cadeia de fornecimento e melhorar os requisitos de mass balance atualmente aplicáveis. O objetivo é reconhecer diferentes realidades existentes das indústrias de produtos e permitir uma rastreabilidade mais forte em relação ao fluxo físico dos produtos e do fluxo de informação associado em toda a cadeia de fornecimento.  **As alterações propostas nas secções abaixo incluem dois novos requisitos e a definição do modelo de Preservação de Identidade, quatro requisitos revistos e definição de Mass Balance e um novo requisito sobre o Single Site Mass Balance ao nível do lote.**  **Modelo de rastreabilidade da preservação de identidade**  **As empresas que implementam um modelo de rastreabilidade de preservação de identidade podem melhorar significativamente a qualidade, a segurança e a sustentabilidade dos seus produtos, ao mesmo tempo que obtêm uma vantagem competitiva no mercado e constroem relações mais fortes com os consumidores e outras partes interessadas.**   |  | | --- | | **Elemento-chave** | | * ***Fluxo de produto:*** *os comerciantes garantem que o produto certificado de uma organização de produtores certificada é mantido separado de outras organizações certificadas e de outras fontes. Os produtos de Comércio Justo Fairtrade podem ser identificados em todas as fases (por exemplo, armazenamento, transporte, processamento, embalagem, rotulagem e manuseamento)* * ***Fluxo de informação****: informações sobre produtos certificados permitem rastrear até ao ponto de origem único – a organização de produtores. Quando este modelo é aplicado por todos os intervenientes da cadeia de fornecimento, a rastreabilidade é possível desde o último ponto de transformação ou rotulagem do produto (ou utilização de uma declaração) até à organização de produtores.* * ***Tempo****: não há intervalo de tempo, volume do produto na unidade (bloco, lote, etc.) pode ser seguido até à sua origem em qualquer momento temporal* * ***Requisitos****: Requisitos relacionados com a segregação física, a manutenção de registos, a escolha do modelo de rastreabilidade, o reporte na plataforma Fairtrade e a partilha de informação. Os comerciantes incluem um número de identificação para uma unidade de volume em todos os documentos relevantes (em compras e vendas) e comunicam volumes e transações na plataforma Fairtrade, referindo-se ao número de identificação.*   ***Ver* Anexo 2**  ***para uma visão geral do fluxo de produtos e informação no modelo de IP em comparação com o modelo de Segregação Física.*** |   **Proposta 2.1**. **Introduzir a definição do modelo de Preservação de Identidade, dois novos requisitos Básico/Ano 0 para permitir o modelo de Preservação de Identidade para todos os intervenientes da cadeia de fornecimento. O modelo será mantido opcional para todos os produtos que se enquadram no âmbito da certificação de Comércio Justo Fairtrade.**  **Definição: *Preservação de identidade*** *– modelo de rastreabilidade em que o fluxo de produtos físicos e o fluxo de informação em toda a cadeia de fornecimento é rastreável em todas as fases (por exemplo, armazenamento, transporte, processamento, embalagem, rotulagem e manuseamento). Um número de identificação é utilizado para identificar uma quantidade fixa de volume de produto de Comércio Justo Fairtrade. De acordo com este modelo, o conteúdo e a fonte do produto de Comércio Justo Fairtrade no produto final pronto para o consumidor são identificáveis​até uma única organização produtora certificada*  **NOVO Partilhar informações sobre Preservação de Identidade**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes que aplicam a Preservação de Identidade | | | **Básico** | Ao negociar ao abrigo da Preservação da Identidade aceita que a Fairtrade comunicará o “Mapa da cadeia de fornecimento de Preservação da Identidade” a todos os atores relevantes da cadeia de fornecimento, indicando os volumes associados (de acordo com as transações). | | **Ano 0** | | Orientação: | |   **NOVO. Preservação de identidade de produtos do Comércio Justo Fairtrade**   |  |  | | --- | --- | | Aplica-se a: Todos os comerciantes que aplicam a Preservação de Identidade | | | **Básico** | * Informa o produtor/fornecedor quando opta por negociar ao abrigo da Preservação da Identidade, indicando na documentação das suas compras quando o produto é negociado ao abrigo do modelo de ‘Preservação de Identidade’. * Fornece/atribui um número de identificação à quantidade fixa do produto de Comércio Justo Fairtrade e refere-se a este número de identificação nas suas transações de Comércio Justo Fairtrade. * Segrega fisicamente e identifica os produtos de Comércio Justo Fairtrade em todas as fases (por exemplo, armazenamento, transporte, processamento, embalagem, rotulagem e manuseamento) e na documentação associada. * Reporta em Fairtrace sobre a entrada de Comércio Justo Fairtrade que compra e a saída de Comércio Justo Fairtrade que vende (ver também o *requisito do Critério para Comerciantes 2.1.2*), referindo-se a todos os números de identificação relevantes. | | **Ano 0** | | **Orientação:** O número de identificação é utilizado para identificar uma quantidade fixa de produtos de Comércio Justo Fairtrade separadamente, (por exemplo: lote, bloco, saco, parcela ou qualquer outra forma de agregado físico).. Este número pode ser referido como número de Preservação de Identidade.  Os relatórios sobre as transações devem incluir todos os números de preservação de identidade (se existir mais do que um) para que as suas vendas possam estar ligadas às suas compras, para rastrear até ao ponto único de origem – a organização produtora.  Na plataforma da Fairtrade (Fairtrace), reporta isto fornecendo o número de identificação no campo “número de lote”.  Por exemplo, para o café, isto implica fornecer uma marca/número de saco ICO (identificador único que é exclusivo para cada lote de café) - se o café for proveniente de um país membro da ICO.  Se o café for proveniente de um país não membro da ICO, deve notificar o organismo de certificação para encontrar uma forma de reportar de modo diferente. | |   **Justificação:** Os dados de rastreabilidade reportados ao nível do volume fixo/certo do produto permitirão que o sistema de Comércio Justo Fairtrade analise os dados recolhidos e trace as cadeias de fornecimento com maior precisão (em detalhes). Assegurará também uma melhor transparência de informação de dados na plataforma Fairtrade, que informaria todos os intervenientes relevantes da cadeia de fornecimento.  **Implicações:** O modelo de rastreabilidade de Preservação de Identidade é opcional para todos os produtos de Comércio Justo Fairtrade. Se os comerciantes optarem por comunicar as vendas e as compras com referência ao número de Preservação de Identidade para um volume fixo, então os requisitos são obrigatórios para cumprir no Ano 0 do ciclo de certificação. As organizações comerciantes, como utilizadores da plataforma, terão a capacidade de prestar o seu consentimento à partilha de dados (ver mais na secção 3 sobre ‘partilha de dados’).  **Pergunta 2.1: Concorda com a introdução de dois NOVOS requisitos Básico/Ano 0 aplicáveis a todos os comerciantes que optam por negociar ao abrigo do modelo de rastreabilidade da Preservação de Identidade? A conformidade com estes requisitos será obrigatória para os comerciantes que vierem a escolher este modelo.**  Concordo  Concordo parcialmente  Discordo  Não sei / Não é relevante para mim  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda**  **Pergunta 2.1 a. Se concluir que cumprir uma das condições estipuladas no requisito acima não é viável para si, agradecemos que explique na tabela abaixo**   |  |  |  | | --- | --- | --- | |  | ***Se cumprir as condições exigidas a seguir NÃO for viável, explique porquê*** | ***Nome do(s) produto(s)*** | | *Informa o produtor/fornecedor quando opta por negociar ao abrigo da Preservação da Identidade, indicando na documentação das suas compras quando o produto é negociado ao abrigo do modelo de ‘Preservação de Identidade’.* |  |  | | *Atribui um número de identificação à quantidade fixa do produto de Comércio Justo Fairtrade e refere-se a este número nas suas transações de Comércio Justo Fairtrade.* |  |  | | *Segrega e identifica fisicamente os produtos de Comércio Justo Fairtrade em cada etapa de processamento, fabrico ou transporte e na documentação associada.* |  |  | | *Refere-se a todos os números de identificação relevante(s) para reportar na plataforma Fairtrade sobre a entrada de Comércio Justo Faitrade que compra e a produção de Comércio Justo Faitrade que vende* |  |  |   **Alguma sugestão para que o requisito proposto inclua outras condições?**    **Pergunta 2.1b Dado que as condições acima referidas são cumpridas pelos seus atores da cadeia de fornecimento de Comércio Justo Faitrade, com que brevidade pode a sua organização iniciar a implementação da Preservação da Identidade?**  **Imediatamente / no prazo de 1 mês**  **No prazo de 3 meses**  **Mais de 6 meses**  **Outro, indique aqui**  **Pergunta 2.1c Que fatores influenciariam a sua decisão de negociar ao abrigo do modelo de rastreabilidade de Preservação de Identidade?** *Selecione todas as opções que se aplicam*  **Custo de implementação**  **Facilidade de utilização**  **Cumprimento da regulamentação**  **Procura do cliente**  **Transparência acrescida**  **Vantagem competitiva**  **Integração com abordagens/plataformas existentes atuais**  **Disponibilidade de formação e apoio**  **Outro, especifique**  **Pergunta 2.1d Que recursos ou suporte adicionais precisa para estar totalmente preparado para aplicar o modelo de Preservação de Identidade?**    **Pergunta 2.1e Concorda que após um período de transição, o modelo de Preservação de Identidade seja obrigatório para alguns produtos (ou seja, não seria opcional como proposto acima)?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**   |  |  | | --- | --- | | **Se a sua resposta é ‘Concordo’, indique o seu produto e apresente uma justificação, na caixa *→*** |  | | **Se a sua resposta é ‘Discordo/Concordo parcialmente’, indique o seu produto e apresente uma justificação, na caixa *→*** |  |   **Modelos de rastreabilidade de Mass Balance**  **Âmbito dos modelos de rastreabilidade de Mass Balance**  Os modelos de Mass Balance atualmente aplicáveis (Single Site Mass Balance e Group Mass Balance) destinavam-se a situações em que os produtos são sujeitos a processamento e os requisitos aplicáveis de dois modelos estabeleciam condições ao abrigo das quais se pode realizar a mistura de produtos certificados e não certificados.  A aprendizagem com a implementação mostrou que o âmbito aplicável dos modelos Mass Balance nem sempre era claro, ou seja, que se aplica quando os materiais certificados e não certificados são misturados durante o processamento, originando uma aplicação inconsistente dos modelos.  **Proposta 2.2. Para garantir mais clareza, a proposta é adicionar a seguinte declaração adicional à definição de modelos de Mass Balance:**   * **O modelo de Mass Balance apenas é aplicável quando os produtos necessitam de processamento e a combinação de produtos certificados e não certificados durante o processamento é inevitável.** * **Justificação**: a aplicabilidade clara e consistente dos modelos de Mass Balance garante a implementação coerente do critério. * **Implicação**: apenas as empresas comerciantes que necessitam de processar o produto de Comércio Justo Fairtrade (ou seja, entradas) podem aplicar um dos modelos de rastreabilidade de Mass Balance.   **Pergunta 2.2 Concorda com a introdução do esclarecimento acima proposto?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**   |  |  | | --- | --- | | Se a sua resposta é ‘**Concordo**’, indique o seu produto e apresente uma justificação, na caixa *→* |  | | Se a sua resposta é ‘**Discordo/Concordo parcialmente’**, indique o seu produto e apresente uma justificação, na caixa *→* |  |   **Proposta 2.3:** Ao abrigo do single site mass balance (SSMB) e do group mass balance (GMB), os produtos certificados e não certificados de Comércio Justo Fairtrade podem ser misturados durante o processamento ao longo da cadeia de fornecimento. O recentemente introduzido Regulamento relativo à Desflorestação da UE (EUDR) pretende garantir que os produtos colocados no mercado da UE não contribuem para a desflorestação ou degradação florestal, alinhando com o compromisso da UE com a sustentabilidade ambiental e a proteção da biodiversidade. Para que muitos comerciantes continuem a operar ao abrigo do mass balance, ao mesmo tempo que satisfazem os requisitos de rastreabilidade e devida diligência do EUDR, é importante ter um sistema em vigor que evite a mistura de produtos não associados à desflorestação\* com produtos associados à desflorestação ou à degradação florestal.  \**'Não associados à desflorestação' define-se como a condição dos bens produzidos em terrenos que não foram sujeitos a desflorestação ou degradação florestal após 31 de dezembro de 2020*.  **A proposta 2.3 é introduzir um esclarecimento no âmbito e definição de todos os modelos de Mass Balance que declare que não é permitida a mistura de produtos não associados à desflorestação com produtos associados à desflorestação.**   * **Single Site Mass Balance (Requisito 2.1.10):** As entradas do Comércio Justo Fairtrade devem ser entregues e processadas no mesmo local onde a saída do Comércio Justo é processada. As entradas de comércio justo (Produtos) de fontes não associadas à desflorestação não podem ser misturadas com produtos associados à desflorestação. * **Group Mass Balance (Requisito 2.1.12):** O group mass balance é auditado por grupo de locais (requisito 2.1.12): As entradas de Comércio Justo Fairtrade não têm de ser entregues no mesmo local em que a produção de Comércio Justo Fairtrade é processada. O group mass balance só é permitido em cacau e açúcar de cana. Dentro do grupo, os produtos de fontes não associadas à desflorestação não podem ser misturados com os associados à desflorestação.   **Pergunta 2.3: Concorda com a introdução do esclarecimento sobre as definições dos modelos de rastreabilidade de Mass Balance que reflita a regulamentação obrigatória sobre desflorestação?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda**    **Proposta 2.4: A tabela seguinte descreve outras modificações para os quatro requisitos atuais sobre os modelos de rastreabilidade de Mass Balance. Estes incluem esclarecimentos em termos e definições de ‘compra’, ‘local’, período de tempo permitido para atingir o mass balance positivo.**  **Justificação:** melhorar a clareza para as organizações comerciantes sobre a documentação necessária que também permite que o Comércio Justo Fairtrade garanta que a implementação do modelo de rastreabilidade de mass balance seja correta e mais robusta.  ***A implicação*** *da alteração proposta para os comerciantes é delineada individualmente para cada requisito*   |  |  |  | | --- | --- | --- | | ***Perguntas 2.4 a- d:*** | ***Concorda que os quatro requisitos do Critério para Comerciantes incluam as alterações propostas (em ‘laranja’)?*** | ***Explique porquê, se concorda parcialmente ou discorda.*** | | 1. **Requisito 2.1.8 sobre Mass balance: quantidades equivalentes de entradas e saídas**.   Você deve **assegurar-se** de que a quantidade de saídas vendidas como Comércio Justo Fairtrade não seja maior do que a quantidade de entradas de origem do Comércio Justo Fairtrade levando em conta os rendimentos do processamento e todas as perdas numa ou várias ocasiões de processamento.  O balanço de quantidades de saídas vendidas e as entradas fornecidas são positivas mensalmente   * **Implicação**: todos os comerciantes que estão a aplicar o mass balance têm de garantir que o equilíbrio entre a entrada e a saída é positivo mensalmente. | **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim** |  | | 1. **Requisito 2.1.9 sobre Mass balance: comprar antes da venda**.   Você deve assegurar-se de que os insumos do Comércio Justo Fairtrade sejam adquiridos antes da venda das saídas do Comércio Justo Fairtrade  A compra de insumos do Comércio Justo Fairtrade pode ser identificada como entrega física do produto, pagamento do produto, faturação do produto ou um contrato de compra vinculativo (ou ordem de compra no âmbito de um contrato-quadro) para uma data de entrega específica dentro de 3 meses.  Escolhe um tipo de definição de compra em todos os cálculos e utiliza-a consistentemente durante todo o período aplicável  **Orientação:** A intenção de compra não pode ser considerada uma compra.  A melhor prática é escolher a data de entrega física do produto ou a data de faturação do produto.   * **Implicação**: Os comerciantes devem escolher apenas um tipo de ação indicando que a compra ocorreu, sendo que este tipo é utilizado de forma consistente para todos os cálculos. | **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim** |  | | 1. **2.1.10 Single site mass balance: entrega e processamento no mesmo local**   Você deve assegurar-se de que os insumos do Comércio Justo Fairtrade sejam entregues e processados no mesmo local onde a saída do Comércio Justo é processada  O balanço de quantidades de saídas processadas vendidas e as entradas fornecidas são positivas mensalmente.  Se for utilizada uma saída de Comércio Justo Fairtrade com balanço de massa como entrada para um processamento posterior, será conhecida a proporção de conteúdo certificado de Comércio Justo Fairtrade em cada saída processada.  O local é onde as entradas são entregues e processadas para a saída. Os armazéns ou outros locais onde o processamento de entradas não está a ocorrer – não podem ser considerados locais.   * **Implicação**: Os comerciantes têm de manter sempre os registos do conteúdo de Comércio Justo Fairtrade nas entradas e na saída, ainda que o que foi utilizado como entrada seja um produto com balanço de massa.   Para single site mass balance, os produtos podem ser processados em vários lotes num local e o balanço entre a entrada e a saída deve ser positivo mensalmente  A definição de locais será também aplicável para o requisito de Group Mass Balance.  De acordo com as alterações propostas no requisito, o exemplo abaixo não é permitido.  ***Exemplo:*** *Um comerciante certificado na Suíça compra grãos de cacau de Comércio Justo de um fornecedor de Comércio Justo no Peru. Essas amêndoas são enviadas para um armazém em Amsterdã e são vendidas como não-Comércio Justo a um cliente (sem serem processadas). E o mesmo comerciante também compra amêndoas de cacau que não são de Comércio Justo de um fornecedor certificado que não é de Comércio Justo no Peru. Essas amêndoas também são enviadas para o mesmo armazém em Amsterdã (não passam por processamento), mas, dessa vez, são vendidas como Comércio Justo a um cliente de Comércio Justo.* | **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim** |  | | 1. **Requisito 2.1.11 sobre Mass balance: regra do tipo por tipo**.   Você deve **assegurar-se** de que os insumos do Comércio Justo Fairtrade sejam do mesmo tipo e qualidade que os insumos utilizados para processar a saída do Comércio Justo Fairtrade (tipo por tipo).  Se vender saídas processadas com uma declaração que especifica a qualidade (incluindo sabor específico, orgânico ou outro) e/ou a origem, então adquiriu um volume equivalente com as mesmas especificações ou com a mesma origem, tal como indicado na documentação de compra.   * **Implicação**: quando os comerciantes garantem que a qualidade dos produtos declarada nas vendas é a mesma que a qualidade dos produtos declarada na compra, podem referir-se à origem, sabor ou outras qualidades específicas. | **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim** |  |   **Alguma sugestão adicional sobre as alterações acima propostas?**    **Pergunta 2.4-e. A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos modelos atuais de rastreabilidade ao abrigo do critério para comerciantes Fairtrade com o seu âmbito aplicável aos produtos. As partes interessadas são convidadas a partilhar a sua experiência de negociação ao abrigo de um dos modelos atuais. Este feedback ajudaria a melhorar ainda mais os requisitos.**   |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | *Nome do modelo de rastreabilidade (atualmente aplicável) e do âmbito do produto* | | *Assinale a quadrícula para indicar sob que modelo está a negociar atualmente* | *Deixe o seu comentário a explicar se negociar ao abrigo deste modelo é um desafio para o seu produto/indústria ou cadeia de fornecimento.* | | *Rastreabilidade física*  *(ou seja, Segregação física)* | ***Aplicável*** *a todos os produtos*  ***Com exceção:*** *do cacau, açúcar de cana, chá, sumo e polpa de fruta e produtos provenientes do modelo Ingrediente de Origem Fairtrade (FSI) para o algodão e do Programa de Fornecimento de Ouro* |  |  | | *Single Site Mass Balance* | ***Aplicável APENAS*** *ao cacau, açúcar de cana, chá, sumo e polpa de fruta e produtos provenientes do modelo Ingrediente de Origem Fairtrade (FSI) para o algodão e ao Programa de Fornecimento de Ouro* |  |  | | *Group Mass Balance* | ***Aplicável APENAS*** *ao cacau e açúcar de cana* |  |  |   **Single Site Mass Balance ao nível do lote**  **Em comparação com o Single Site Mass Balance atualmente aplicável, ao abrigo do Single Site Mass Balance ao nível do lote as empresas podem atingir um maior controlo sobre os seus processos de produção, melhorar a qualidade e a eficiência, reduzir os custos e melhorar a sustentabilidade, proporcionando uma operação mais robusta e competitiva.**   |  | | --- | | **Elemento-chave** | | * ***Fluxo do produto:*** *Os produtos de Comércio Justo Fairtrade são fisicamente segregados de produtos não Comércio Justo Fairtrade até à fase de processamento. As entradas e as saídas são processadas no mesmo local e num lote. A saída deste lote não é mais processada (num lote significa a quantidade de produto bruto que pode ser processada de uma só vez).* * ***Fluxo de informação****: é registado o fluxo de produtos de Comércio Justo Fairtrade misturados no processamento num lote, o que permite conhecer as proporções de produtos na saída do lote.* * ***Tempo****: não há intervalo de tempo, a proporção do produto de Comércio Justo Fairtrade na saída com balanço de massa é conhecida por lote e as informações podem ser imputadas à origem do produto a qualquer momento.* * ***Requisitos****: Requisitos sobre SSMB, Tipo por Tipo, Entrada-Saída e manutenção de registos. Os registos permitem rastrear a origem do produto, garantir que a saída vendida não ultrapassa a entrada e é do mesmo tipo e qualidade. A saída de SSMB ao nível do lote não é utilizada para misturas adicionais, ou seja, nenhuma mistura adicional desta saída.* |   ***Ver Anexo 2 para obter uma visão geral do fluxo de produtos e informação ao abrigo do Single Site Mass Balance ao nível do lote em comparação com o modelo de Single Site Mass Balance (atualmente aplicável no Comércio Justo Fairtrade).***  **Proposta 2.5: Introduzir um requisito Básico/Ano 0 no Single Site Mass Balance ao nível do lote com condições claras delineadas que suportam uma abordagem de rastreabilidade melhorada.**  **O modelo será mantido opcional para todos os produtos de Comércio Justo Fairtrade em que o Mass Balance seja atualmente permitido: cacau, açúcar de cana, chá, sumo e polpa de fruta e produtos provenientes do modelo Ingrediente de Origem Fairtrade (FSI) para o algodão e ao Programa de Fornecimento de Ouro**.  **NOVO Single site mass balance ao nível do lote:**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes que aplicam o mass balance ao nível do lote (exceto o previsto em 2.1.12) | | | **Básico** | Você deve assegurar-se de que os insumos do Comércio Justo Fairtrade sejam entregues e processados no mesmo local onde a saída do Comércio Justo é processada  Todas as entradas são processadas num lote e grava a quantidade de entrada de Comércio Justo Fairtrade num só lote.  A saída de Comércio Justo Fairtrade de um lote não é processada para aumentar a mistura. | | **Orientação:** O local é onde as entradas são entregues e processadas para a saída. Num lote significa uma quantidade de produtos processados ou fabricados diretamente um após o outro sem interromper a produção.  A proporção de conteúdo certificado de Comércio Justo Fairtrade na saída de um lote é registada e conhecida.  Os armazéns ou outros locais onde o processamento de entradas não está a ocorrer – não podem ser considerados locais. | |   **Justificação:** permitir que o modelo single site mass balance que cumpra as realidades da indústria de produtos com uma abordagem de rastreabilidade ainda mais melhorada. A implementação terá em conta o tempo de transição para os comerciantes certificados e para a Fairtrade atualizar as suas plataformas de relatórios em conformidade. *Os benefícios deste modelo são: a proporção exata do conteúdo de Comércio Justo Fairtrade no produto final é conhecida, a utilização de recursos é otimizada, por exemplo. redução da utilização de energia e pegada de carbono, facilitação de uma melhor avaliação de risco com detalhes sobre o fluxo de produtos.*  **Implicação:** Para o single site mass balance ao nível do lote, os produtos utilizados como entrada podem ser processados apenas num lote num local e a saída não é processada para se misturar com quaisquer outras fontes. A proporção de conteúdos de Comércio Justo Fairtrade na entrada e saída de processamento deve ser conhecida (gravada) e este valor será utilizado no produto final com uma declaração. O modelo é opcional e aplicável apenas a cacau, açúcar de cana, chá, sumo e polpa de fruta e produtos provenientes do modelo Ingrediente de Origem Fairtrade (FSI) para o algodão e ao Programa de Fornecimento de Ouro  **Pergunta 2.5: Concorda com a introdução de dois NOVOS requisitos Básico 0 aplicáveis a todos os comerciantes que optam por negociar ao abrigo do Single Site Mass Balance ao nível do lote? A conformidade com estes requisitos será obrigatória para os comerciantes que vierem a escolher este modelo e atualmente já apliquem single site mass balance.**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda**    **Alguma sugestão para que o requisito inclua outras condições?**    **Pergunta 2.5a Se estiver a negociar atualmente ao abrigo do Single Site Mass Balance, estaria interessado em negociar ao abrigo do Single Site Mass Balance ao nível do lote?**  **Sim**  **Não**  **Pergunta 2.5b Se respondeu ‘sim’, com que brevidade pode a sua organização iniciar a implementação do SSMB ao nível do lote?**  **Imediatamente / no prazo de 1 mês**  **No prazo de 3 meses**  **Mais de 6 meses**  **Outro, indique aqui**  **Pergunta 2.5c. Que fatores influenciariam a sua decisão de aplicar SSMB ao nível do lote?**  *Selecione todas as opções que se aplicam*  **Custo de implementação**  **Facilidade de utilização**  **Cumprimento da regulamentação**  **Procura do cliente**  **Transparência acrescida**  **Vantagem competitiva**  **Integração com sistemas/plataformas atuais em Fairtrade**  **Disponibilidade de formação e apoio**  **Outro, especifique**  **Pergunta 2.5d: A proposta é considerar o âmbito aplicável deste modelo a: cacau, açúcar de cana, chá, sumo e polpa de fruta e produtos provenientes do modelo Ingrediente de Origem Fairtrade (FSI) para o algodão e ao Programa de Fornecimento de Ouro Concorda com este âmbito?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Tem outro comentário adicional à secção de Rastreabilidade?** |

1. **Gestão de dados para uma melhor rastreabilidade e transparência**

|  |
| --- |
| **Enquadramento:** O Comércio Justo Fairtrade está a trabalhar para melhorar a transparência e a rastreabilidade. A sugestão de o Critério para Comerciantes incluir a transparência voluntária no desempenho do comerciante foi objeto de consulta na primeira ronda de consulta, que foi considerada globalmente positiva por muitos inquiridos.  Atualmente, a Fairtrade está a digitalizar, introduzindo novas funcionalidades nas plataformas e processos existentes para aumentar o valor da certificação em todos os atores da cadeia de fornecimento:   * melhorar os fluxos de informação que também permitirão processos de auditoria mais fáceis e eficazes, * melhorar a transparência da informação e alinhar com os requisitos regulamentares (por exemplo, DDDHA, EUDR, Direito Alemão da Cadeia de Fornecimento) * garantir a proteção de dados de todos os atores da cadeia de fornecimento   Nesta consulta, estamos a solicitar os seus contributos que orientarão a Fairtrade **sobre os detalhes a incluir no âmbito dos requisitos relacionados** e **formas​de implementação viáveis**.  O objetivo é permitir a rastreabilidade e a transparência nas cadeias de fornecimento entre operadores certificados e licenciados, ao mesmo tempo que respeita a proteção de dados de todos os atores da cadeia de fornecimento. A intenção é ajudar as organizações comerciantes certificadas de Comércio Justo Fairtrade e as suas cadeias de fornecimento a cumprir os requisitos regulamentares quando relevantes e melhorar a troca de informações com as partes interessadas e parceiros de negócios.  Para apoiar a implementação destes requisitos, a Fairtrade fornecerá uma estrutura, processos claros e plataformas para que os operadores certificados e licenciados acedam e partilhem dados. Por exemplo, no seguinte: produção e vendas, geodados, abastecimento, desempenho, riscos, dados de auditoria, relatórios de DDDHA e outros.  (a proposta de partilha de dados relacionada com o relatório da DDDHA está incluída na [secção 1 “comunicação sobre DDDHA’](#communicationhredd))  **Também é importante assinalar o seguinte:**   * *para que a Fairtrade possa utilizar, publicar e partilhar a informação dentro do sistema de Comércio Justo Fairtrade (por exemplo, Fairtrade International, Organizações de Comércio Justo Fairtrade Nacionais/Organizações de Marketing, Redes de Produtores na Ásia, África e regiões da América Latina) e com as organizações certificadas de Comércio Justo Fairtrade, os comerciantes devem partilhar as suas opiniões sobre o pedido para permitir que a Fairtrade recolha e processe as informações, ou seja, “para gerir proativamente as informações fornecidas em plataformas designadas”.* * *os processos e a estrutura definidos incluirão também a opção para os operadores certificados receberem as informações necessárias para o cumprimento dos requisitos regulamentares.*   **Proposta 3: introduzir alterações no Critério para Comerciantes alinhadas com o objetivo da Fairtrade de melhorar a rastreabilidade e a transparência nas cadeias de fornecimento através de sistemas de troca de informação melhorados entre os operadores certificados e licenciados, ao mesmo tempo que respeitam a proteção de dados de todos os atores da cadeia de fornecimento.**  ***O quê?***  **As organizações certificadas terão uma visão transparente do acesso aos dados, em que:**   1. *Verá quais os dados disponíveis por defeito para outros atores de Comércio Justo Fairtrade (Organizações de Produtores Certificados, Comerciantes Certificados, Licenciados, etc.)* 2. *Irá gerir as suas preferências de consentimento de partilha de dados* 3. *Poderá solicitar acesso a informações de outros atores*   *Esta informação pode incluir, por exemplo, o seguinte: produção e vendas (volumes, preços), geodados, abastecimento, desempenho, riscos, dados de auditoria (conformidades e não conformidades, medidas corretivas), relatórios de DDDHA e outras áreas de informação.*  **Como?**  **A informação deve ser partilhada da seguinte forma:**   * ***Dentro do sistema de Comércio Justo Fairtrade****, ou seja, entre as organizações de Comércio Justo Faitrade (incluindo as Organizações de Comércio Justo Fairtrade Nacionais/Organizações de Marketing, Redes de Produtores na Ásia, África e regiões da América Latina, FLOCERT):*   + fortalecer e melhorar as atividades de Comércio Justo Fairtrade para apoiar os Produtores e os Comerciantes;   + continuar a verificação sobre o fluxo de bens e dados da cadeia de fornecimento;   + permitir uma análise mais robusta do impacto do Comércio Justo Fairtrade,   + facilitar a investigação sobre as questões do Comércio Justo Faitrade, em estudos particulares sobre temas relevantes do Comércio Justo Fairtrade, a revisão das normas de Comércio Justo Fairtrade e atividades semelhantes. * ***Com organizações certificadas e outras partes interessadas do Comércio Justo Fairtrade, via Fairtrade, com base em contratos e políticas:***    + apoiar as organizações certificadas com informações relevantes sobre a sua cadeia de fornecimento a montante e a jusante. Por exemplo, as informações fornecidas pelas organizações de comerciantes que podem ser utilizadas para fins regulamentares (como informações da cadeia de fornecimento), poderiam ser partilhadas com outros atores da cadeia de fornecimento de Comércio Justo Fairtrade (produtor, exportador, importador, processador, etc.) ou retalhistas de Comércio Justo Fairtrade. * ***Com organizações certificadas e outras partes interessadas do Comércio Justo Fairtrade, após o consentimento das organizações que partilham os dados:***    + para os apoiar com informações relevantes sobre o seu fornecimento, vendas e programas de Comércio Justo Fairtrade. *Por exemplo, as informações que as organizações de comerciantes fornecem numa plataforma designada de Comércio Justo Fairtrade que se destine a avaliações de impacto ou risco (como os planos de desenvolvimento de Comércio Justo Fairtrade ou os resultados de auditoria) poderiam ser partilhadas com outros atores de cadeia de fornecimento certificados de Comércio Justo Fairtrade ou retalhistas de Comércio Justo Fairtrade geridos através da plataforma de consentimento acima referida*   **Pergunta 3.1-1: Concorda com a proposta acima sobre a abordagem à partilha de dados da Fairtrade?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Pergunta 3.1-2: Concorda com a introdução de um novo requisito Core / Ano 0 aplicável a todos os comerciantes sobre a utilização da plataforma de Comércio Justo Fairtrade designada e a aceitação dos contratos para gerir o acesso aos dados de acordo com a proposta acima.**  **Justificação:** a introdução de novos requisitos está em linha com o objetivo da Fairtrade de melhorar a rastreabilidade e a transparência das cadeias de fornecimento.  **Implicações:** As organizações comerciantes serão obrigadas a inscrever-se em políticas gerais de partilha de dados, contratos e TOR, incluindo, por exemplo, cláusulas sobre contratos de auditoria e TOR da Fairtrace ou de outras plataformas. Estes contratos especificarão:  **a)** que dados podem ser partilhados por defeito, e  **b)** que dados necessitam de permissão; ou seja, o comerciante irá gerir o acesso aos dados de acordo com os contratos e políticas acima referidos através de uma plataforma designada  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresenre una justificação se concorda parcialmente ou discorda.**  ***Se concordar globalmente com a proposta anterior, agradecemos que responda a perguntas adicionais a seguir.***  **Pergunta 3-2: Como organização comerciante, como prefere aceder e partilhar estas informações?**  Através do seu contacto na Fairtrade  Através de uma plataforma dedicada da Fairtrade, mediante pedido de uma organização certificada pela Fairtrade ou um licenciado  Diretamente das suas partes interessadas de Comércio Justo Fairtrade ou parceiros da cadeia de fornecimento sem o envolvimento da Fairtrade  Nenhuma das anteriores / Outra, especifique aqui  **Pergunta 3-3: Está interessado em ter acesso à informação sobre os seus parceiros da cadeia de fornecimento de Comércio Justo Fairtrade?**  Sim  Não  Não sei / Não é relevante para mim  *Se “sim”, explique porquê:*  Devido a requisitos legais ou regulatórios  Inteligência Empresarial ou Análise de Riscos  Marketing ou Comunicações  Outro, especifique aqui  **Tem outro comentário adicional a esta secção?** |

1. **Relação de comércio sustentável**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Enquadramento:** O critério para comerciantes promove relações comerciais transparentes e sustentáveis​entre os produtores e os comerciantes de Comércio Justo Fairtrade, que permitam o planeamento a longo prazo (vários anos que se aproximam) e as práticas de produção sustentáveis. Para facilitar isto, o Critério para Comerciantes exige que os comerciantes forneçam informações realistas sobre as perspetivas de mercado (incluindo o plano de fornecimento), formas razoáveis de assistência financeira (por exemplo, pré-financiamento, financiamento de culturas ou pagamentos antecipados, empréstimos para investimento) e inclui um mecanismo para sancionar práticas comerciais injustas em cadeias de fornecimento de Comércio Justo Fairtrade.  Além disso, a norma inclui as melhores práticas voluntárias (MPV) como estrutura para a melhoria contínua dos comerciantes, para que estes trabalhem para as melhores práticas comerciais em todos os seus negócios. Estes requisitos não são obrigatórios para a conformidade e pretendem reconhecer e incentivar os comerciantes certificados que vão além da conformidade mínima e que estão empenhados nas melhores práticas comerciais.  A secção ambiental inclui também algumas melhores práticas voluntárias para incentivar os comerciantes a envolverem-se na redução do impacto ambiental negativo das suas operações utilizando embalagens recicladas ou biodegradáveis, ou redução da pegada de carbono.  **Aprendizagem com consultas anteriores:** Na primeira ronda de consulta, os contributos das partes interessadas sobre o plano de fornecimento e pré-financiamento mostraram opiniões divididas que destacaram a inviabilidade destas ferramentas, mencionando vários riscos associados à sua implementação, que muitas vezes seria a razão para não optar por um compromisso a longo prazo. O feedback sobre as MPV incluiu a avaliação da viabilidade e a importância destes requisitos para os comerciantes e produtores. Embora os produtores tenham indicado uma grande importância em todos os 12 requisitos da MPV, o contributo do comerciante sobre os seguintes requisitos: contratos tripartidos com produtores, pré-financiamento sem juros, acesso a outros tipos de financiamento, planos de fornecimento para outros comerciantes e fornecimento de grupos vulneráveis, mostrou que estes foram considerados menos viáveis e, na sua perspetiva, também menos importantes. Todos os outros requisitos foram indicados com uma viabilidade de implementação moderada ou plena. Os comerciantes também expressaram preocupações se o cumprimento de todos os requisitos de MPV se tornar essencial, sinalizando principalmente que isso seria não viável e também não prático. Por exemplo, para as organizações comerciantes que estabeleceram parcerias de longo prazo com os produtores, disponibilizar planos de fornecimento pode tornar-se um ónus administrativo. Um dos requisitos das MPV era minimizar o impacto ambiental, que já foi alterado para Básico após a introdução dos requisitos relacionados com a DDDHA.  **As alterações propostas apresentadas nas secções seguintes visam melhorar a implementação do pré-financiamento, do plano de fornecimento, dos contratos e do ambiente, ao mesmo tempo que integra as soluções para os requisitos de MPV. Esta secção inclui dez requisitos revistos e oito requisitos eliminados.**  **Fornecimento de pré-financiamento**  Na primeira ronda de consulta, as sugestões dos inquiridos sobre a melhoria da funcionalidade de pré-financiamento incluíram as seguintes medidas: os resultados da auditoria do produtor a partilhar com os compradores para facilitar uma avaliação de risco mais fácil em relação à potencial perda de certificação, para incluir condições de pré-financiamento no contrato, tais como: um mecanismo para recuperar o pré-financiamento se o fornecedor perder a certificação, por ex. reembolso/plano de reembolso, condições de pagamento, taxas de juro, modalidades de pagamento, riscos, duração, valores máximos; incluir o protocolo para questionar sobre as facilidades de pré-financiamento0 antes de realizar encomendas, exigir a assinatura do financiador (do produtor) no contrato e, desse modo, um compromisso de o honrar; utilizar contratos tripartidos para garantir o pré-financiamento, dado que os produtores avaliam cuidadosamente as suas necessidades para evitar riscos excessivos e muitos outros (ver sinopse completa [aqui](https://files.fairtrade.net/standards/SynopsisPaper-TraderStandard-Review-1stRound_EN.pdf)).  **Proposta 4.1 Introduzir as seguintes alterações em 5 requisitos de pré-financiamento com o objetivo de melhorar o pré-financiamento como ferramenta, adicionando mais clareza nas responsabilidades e eliminando os requisitos de MPV. As propostas exploram três opções sobre como o pré-financiamento poderia ser implementado.**  Está convidado a comentar primeiro se as alterações introduzidas são claras e, em seguida, a responder se concordar em introduzir estas alterações   1. **Requisito 5.4.1 Contratos do Comércio Justo Fairtrade de pré-financiamento**  |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Primeiros compradores | | | **Básico** | Você oferece 60% do pré-financiamento do pagamento dos contratos do Comércio Justo Fairtrade, ou facilitar que isso seja feito através de um terceiro, para permitir que as organizações de ~~pequenos~~ produtores comprem os produtos de seus membros.ou para pagar a colheita e outros custos de produção.  Você não tem que seguir o requisito se:   * houver um alto risco comprovado (por exemplo, risco de incumprimento do contrato, de não reembolso ou de problemas importantes de qualidade); * o produtor declinar este pré-financiamento de uma forma verificável; ou * isto não for legalmente permitido no país onde você está operando.   Você não deve colocar pressão sobre o produtor para declinar a sua oferta de pré-financiamento, por exemplo, você não deve tornar isto uma condição para a assinatura de um contrato para que o produtor decline a oferta de pré-financiamento.  *Por favor, veja os critérios de produto para obter detalhes específicos.* | | **Ano 0** | | **Orientação:** O pré-financiamento abrange o período começando dos pagamentos por parte da organização de produtores aos produtores-membros pela safra recebida, até o pagamento pelo primeiro comprador à organização de produtores para o cumprimento do contrato.  Um terceiro pode ser um terceiro financiador ou outro comerciante em sua cadeia de fornecimento.  ~~Ver a~~ [~~nota de interpretação~~](https://files.fairtrade.net/standards/TS-INT_EN.PDF) ~~para mais informações sobre a forma como será verificada a conformidade com este requisito.~~  Ao abastecer-se junto de organizações de Trabalho Contratado, consulte os critérios específicos do produto para conhecer as condições aplicáveis. | |   *Existem três opções para alterar este requisito:*  **Opção 1:** *como sugerido no requisito revisto acima* - 60% de fornecimento de pré-financiamento e se o fornecimento de pré-financiamento for demasiado elevado, os comerciantes são obrigados a facilitar o pré-financiamento de 60%.  **Opção 2**: permitir um pré-financiamento faseado ou condicionado de 60%, em que é oferecido pré-financiamento em 3 prestações, com um mínimo de 20% como primeira prestação. Condições adicionais sobre o pré-financiamento parcial incluídas no contrato escrito ajudarão a avaliar os riscos financeiros.  *Os produtores apenas receberão financiamento adicional quando cumprem os critérios acordados em contrato escrito, reduzindo a probabilidade de problemas de qualidade ou de não entrega.*  **Opção 3**: em que existe um risco elevado comprovado, 20% de pré-financiamento é disponibilizado pelo Primeiro comprador e 40% é facilitado através de um mutuante terceiro.   1. **As opções propostas são claras sobre a expectativa quanto à conformidade e ao âmbito aplicável?**   **Sim**  **Não,** especifique o que deve ser mais esclarecido ou determinado   1. **Requisito 5.4.2 Disponibilização de pré-financiamento**  |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Primeiros compradores que fornecem pré-financiamento | | | **Básico** | Se você fornecer pré-financiamento diretamente, você e o produtor devem **concordar, por escrito**, sobre o seguinte:   * O valor do pré-financiamento é 60% ou de acordo com os requisitos de produto * Duração do pré-financiamento, de acordo com os requisitos de produto * Condições de pagamento * Se aplicável, encargos de juros, ~~se houver~~ ou outros encargos * ~~Outros encargos, se for o caso~~ * Consequências em caso de problemas de qualidade do produto, ou quaisquer riscos ambientais/climáticos que possam ter impacto na produção ou na colheita * Consequências em caso de não entrega do produto, * Condições de reembolso se a certificação (do produtor) for perdida   Adiciona este contrato numa secção separada do seu contrato ou estas condições refletem-se no seu contrato de compra | | **Ano 0** | | **Orientação:** O calendário de pré-financiamento deve coincidir com os pagamentos de caixa esperados para os produtores membros e podem envolver vários pagamentos seguindo o ciclo de colheita. É uma boa prática oferecer condições mais benéficas do que as dos financiadores locais.  Contrato escrito para incluir um plano de recuperação simples e claro que inclua contingências para interrupções de fornecimento e cenários de perda de certificação.  As taxas de juro devem ser acordadas mutuamente entre o produtor e o comprador e em condições mais vantajosas para o produtor. A **melhor prática** ocorre quando o pré-financiamento é fornecido à taxa de juro zero. | |  1. **Esta alteração proporciona mais clareza quanto à expectativa sobre a conformidade e o âmbito aplicável?**   **Sim**  **Não,** especifique o que deve ser mais esclarecido ou determinado  **Tem mais sugestões sobre os pontos propostos a abranger no contrato escrito?**     1. **Requisito 5.4.3 Facilitação de pré-financiamento**  |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Primeiros compradores que facilitam o pré-financiamento | | | **Básico** | Se você facilitar o pré-financiamento através de um terceiro financiador, você deve **tomar todas as medidas** necessárias para alcançar a facilitação eficaz, tais como:  **atue** como uma referência para o credor em nome do produtor;  **confirme** que o contrato do Comércio Justo Fairtrade é válido e pode ser usado como garantia para o fornecimento do pré-financiamento ao produtor; e  **concorde** com o produtor sobre como o pagamento do contrato será feito (tanto para o produtor como para o terceiro financiador). | | **Ano 0** | | Orientação: A **melhor prática** ocorre quando o pré-financiamento facilitado tem uma taxa de juro zero.  Além disso, é também melhor prática facilitar outros tipos de assistência financeira, como financiamento de culturas ou pagamentos antecipados, empréstimos para investimento:   * financiamento das culturas refere-se ao fornecimento de contribuições financeiras ou materiais para tornar possível o crescimento de uma determinada cultura, por ex. compra de fertilizantes e sementes. * pagamentos antecipados referem-se a pagamentos regulares que são pagos antes da data de vencimento sem cobrar juros * empréstimos para investimento, de forma a responder às necessidades financeiras do produtor (necessidades financeiras, conforme definidas pelo produtor) | |  1. **Esta orientação proporciona mais clareza?**   **Sim**  **Não,** especifique o que deve ser mais esclarecido ou determinado   1. **~~Requisito 5.4.~~4 ~~Pré-financiamento sem juros~~**  |  |  | | --- | --- | | **~~Aplica-se a:~~** ~~Primeiros compradores~~ | | | **~~MPV~~** | ~~Você deve~~ **~~fornecer ou facilitar~~** ~~o pré-financiamento com taxa de juros zero.~~ |  1. **~~Requisito 5.4.5 Acesso a outros tipos de financiamento~~**  |  |  | | --- | --- | | **~~Aplica-se a:~~** ~~Todos os comerciantes~~ | | | **~~MPV~~** | ~~Você deve fornecer ou facilitar o acesso, diretamente ou através de terceiros, ao crédito (sazonal, de colheita ou em espécie ou outros tipos que não sejam o pré-financiamento dos contratos) ou a empréstimos para investimento, a fim de responder às necessidades financeiras do produtor, sob as seguintes condições:~~  ~~A necessidade financeira deve ser definida pelo produtor.~~  ~~Você deve concordar com o produtor e documentar de forma transparente os termos e condições do crédito ou empréstimo (incluindo o valor, a duração, prestações de amortização e juros)~~ | | **~~Orientação:~~** ~~"Facilitar" está descrito no requisito 5.4.3.~~  ~~É uma prática recomendada oferecer condições mais vantajosas do que as dos emprestadores de dinheiro locais.~~ | |   **Justificação:** o pré-financiamento dos contratos continua a ser uma das assistências financeiras razoáveis que ajuda as pequenas organizações de produtores a comprar o produto aos seus membros e as organizações de trabalho contratado a pagar os custos de produção. Em certas circunstâncias, o comprador pode ainda estar isento de fornecer pré-financiamento. As mudanças propostas visam adicionar mais clareza sobre as condições que poderiam ser abrangidas pelo contrato escrito entre as organizações de produtores e o primeiro comprador/fornecedor de pré-financiamento, que também inclui situações se as condições acordadas não forem cumpridas.  **Implicação:** É uma conformidade básica para o primeiro comprador no seguinte:   * disponibilizar pré-financiamento após assinar o contrato no prazo especificado nos critérios do produto (para a maioria dos produtos o prazo é seis semanas antes do envio) * contrato escrito de pré-financiamento a ser acordado por ambas as partes (produtor e primeiro comprador). * se houver interesse no pré-financiamento, foi mutuamente acordado entre o produtor e o primeiro comprador com as melhores práticas – não cobrar quaisquer juros. * seja diretamente ou através de um terceiro, o primeiro comprador é incentivado a apoiar a organização do produtor, fornecendo outro tipo de apoio financeiro - entradas financeiras ou materiais, p. ex. para comprar fertilizantes e sementes, pagamentos antecipados (sem juros) etc.   **Pergunta 4.1: Concorda com as alterações propostas sobre requisitos de pré-financiamento?**   * **rever os requisitos 5.4.1 (selecione uma das três opções abaixo), 5.4.2 e 5.4.3 e** * **eliminar os requisitos 5.4.4 e 5.4.5?**  |  |  |  | | --- | --- | --- | | **Opção 1 - para 5.4.1** | **Opção 2 - para 5.4.1** | **Opção 3 - para 5.4.1** | | Oferece 60% de pré-financiamento do pagamento dos contratos de Comércio Justo Fairtrade, ou facilita que isto seja feito através de um terceiro  (ver mais pormenores no requisito revisto 5.4.1) | Oferece 60% de pré-financiamento do pagamento dos contratos de Comércio Justo Fairtrade. Fornece pré-financiamento em 3 prestações e mediante prazos acordados, com 20% de pré-financiamento como primeiro valor.  Ou facilita que 60% de pré-financiamento ~~seja feito~~ seja fornecido através de um mutuante terceiro.  (ver mais pormenores no requisito revisto 5.4.1) | Oferece 60% de pré-financiamento do pagamento dos contratos de Comércio Justo Fairtrade.,  Se existir um risco elevado comprovado, oferece 20% de pré-financiamento e facilita que sejam fornecidos 40% de pré-financiamento através de um mutuante terceiro.  (ver mais pormenores no requisito revisto 5.4.1) |   **Concordo com todas as alterações e a Opção 1 para o requisito 5.4.1**  **Concordo com todas as alterações e a Opção 2 para o requisito 5.4.1**  **Concordo com todas as alterações e a Opção 3 para o requisito 5.4.1**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Proposta 4.2: Para apoiar a coerência na implementação do pré-financiamento fornecido pelos Primeiros Compradores, a Fairtrade está também a submeter a consulta a introdução dos requisitos aplicáveis aos produtores que estabelecem as condições e os termos relacionados com o pré-financiamento fornecido.**  **A proposta é, para produtores que aceitem a oferta pré-financiamento, que seja necessário:**   * ter a oferta de pré-financiamento assinada pelo Diretor Financeiro ou por uma pessoa com um papel semelhante numa organização de produtores * partilhar uma apresentação geral do relatório financeiro e/ou operacional com o Primeiro Comprador que lhes permita monitorizar o progresso. * acordar com o Primeiro Comprador que oferece o pré-financiamento o seguinte: termos de reembolso que incluem taxas de juro, calendários de reembolso e penalizações por pagamentos atrasados ou incumprimentos   **Pergunta 4.2: Concorda com a introdução do requisito de Pré-financiamento em critérios de produtor com o âmbito acima delineado?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Plano de fornecimento, informações de mercado e outro apoio**  As seguintes Propostas 4.3 e 4.4. refletem as alterações nos requisitos das secções do Critério para Comerciantes que estabelecem as condições e as medidas aplicáveis aos comerciantes que pretendem apoiar os produtores a compreender melhor as perspetivas de mercado e a prestar apoio adicional aos produtores para o seu desenvolvimento e capacitação.  Na 1ª consulta sobre as opiniões das partes interessadas sobre como a funcionalidade do “plano de fornecimento” poderia ser melhorada, incluindo a introdução do requisito quando nos primeiros três anos de cooperação entre comerciantes e produtores a disponibilização de um plano de fornecimento é obrigatória, introduzir também um contrato tripartido obrigatório que inclua o plano de fornecimento para garantir a transparência e os compromissos claros em toda a cadeia de abastecimento, reconhecer também os desafios com os produtos sazonais (ver [sinopse](https://files.fairtrade.net/standards/SynopsisPaper-TraderStandard-Review-1stRound_EN.pdf) para mais contributos).  **Proposta 4.3 Eliminar o requisito independente 5.5.1 no Plano de Fornecimento e fundi-lo com o requisito 5.5.3 nas informações do mercado (veja duas opções), e alterar a aplicabilidade dos requisitos atuais 5.5.3 e 5.5.2:**  **Opção 1:** É obrigatório para os comerciantes que se abastecem junto dos produtores fornecer o plano, se a sua relação comercial for inferior a 3 anos. Para os que têm um histórico de negociação de mais de 3 anos, é obrigatório entregar um plano de fornecimento apenas mediante pedido aos produtores. Todas as outras informações relevantes do mercado devem ser fornecidas regularmente a todos os produtores.  **Opção 2:** Os comerciantes têm de acordar sobre o tipo de informação necessária aos produtores e entregar um plano de fornecimento mediante pedido seu  **Justificação**:  *(Opção 1)*Fornecer informações de mercado ajuda os produtores a planear melhor, o que é ainda mais crucial para as organizações que não têm uma relação comercial de longo prazo e não podem estimar um padrão de fornecimento.  *(Opção 2***)** Entregar um plano de fornecimento mediante pedido de produtores ou intermediadores pretende reduzir o ónus administrativo.  Incentivar os comerciantes no final da cadeia de fornecimento a comunicar com os seus compradores sobre o fornecimento estimado ou previsível, apoiaria estimativas mais realistas partilhadas ao longo da cadeia de fornecimento (ver requisitos 5.5.2).  **Implicação:** É obrigatório que os comerciantes que vendem aos Compradores Finais entreguem um plano de fornecimento aos seus fornecedores.  **~~5.5.1 Planos de fornecimento para os produtores~~**   |  |  | | --- | --- | | **~~Aplica-se a:~~** ~~Compradores e intermediador do Comércio Justo Fairtrade~~ | | | **~~Básico~~** | ~~Você deve fornecer um plano de fornecimento para cada produtor (se você comprar diretamente deles), ou o intermediador (se houver um intermediador envolvido) de quem você pretende comprar.~~  *~~Por favor, consulte os critérios de produto para os requisitos específicos.~~* | | **~~Orientação:~~** ~~No mínimo, o plano de fornecimento é uma estimativa realista das compras futuras. Se forem difíceis de planear, isto deve ser claro no plano de fornecimento, mas o requisito ainda se aplica. É encorajado a contactar os seus compradores para lhe permitir ter uma estimativa mais realista.~~ | |   **5.5.2 Planos de fornecimento para outros comerciantes**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes que vendam a Compradores Finais | | | **~~MPV~~ Básico** | Você deve **fornecer** um plano de fornecimento para o seu fornecedor imediato. | | **Ano 0** | | **Orientação:** ~~Esta melhor prática voluntária~~ Este requisito aplica-se aos comerciantes que não compram diretamente aos produtores, mas à parte inferior da cadeia de fornecimento.  Para os comerciantes que compram diretamente dos produtores, o requisito 5.5.~~1~~ 3 aplica-se.  ***Comprador final*** *é uma empresa que vende o produto pronto para o consumidor diretamente ao consumidor.*  ***Caso o comprador altere a encomenda, atualiza o seu fornecedor o mais rapidamente possível, atualizando o plano de fornecimento.***  No mínimo, o plano de fornecimento é uma estimativa realista das compras futuras. Se forem difíceis de planear, isto deve ser claro no plano de fornecimento, mas o requisito ainda se aplica. É encorajado a contactar os seus compradores para lhe permitir ter uma estimativa mais realista. | |  * 1. **Esta alteração proporciona mais clareza quanto à expectativa sobre a conformidade e o âmbito aplicável?**   **Sim**  **Não,** especifique o que deve ser mais esclarecido ou determinado   * 1. **Concorda com a definição do comprador final?**   ***Comprador final - é uma empresa que vende o produto pronto para o consumidor diretamente ao consumidor.***  **Sim**  **Não,** especifique o que deve ser mais esclarecido ou determinado  **Existem duas opções para as alterações propostas no requisito 5.5.3:**  **OPÇÃO 1: 5.5.3 Informações de mercado para os produtores**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** ~~Todos os comerciantes~~ Pagadores do Comércio Justo Fairtrade | | | **~~MPV~~**  **Básico** | Você deve **fornecer** informações relevantes de mercado para o produtor regularmente **ou** pelo menos uma vez por ano, para permitir que o produtor compreenda melhor o contexto de mercado e tome decisões de negócios mais informadas.  As informações do seu mercado incluem o plano de fornecimento com o volume mínimo estimado de compras futuras quando:   * iniciar uma nova relação comercial e planear comprar a qualquer produtor (abastece-se diretamente) ou o intermediador (caso esteja envolvido um intermediador), durante os primeiros três anos da sua relação comercial; * se abastece em organizações de produtores vulneráveis, independentemente do número de anos da sua relação comercial   A entrega de um plano de fornecimento para produtores e intermediadores (quando aplicável) com mais de 3 anos de relação comercial é feita mediante pedido.  Quando apresenta um plano de fornecimento, está de acordo com os prazos estipulados no critério específico do produto e a sua renovação. Se o seu comprador alterar a encomenda mais cedo do que o prazo estipulado no critério específico do produto, informa o seu produtor ou intermediador em conformidade. | | **Ano 0** | | **Orientação:** As informações de mercado podem ser, por exemplo: tendências de mercado, especificação de qualidade, oferta e procura, expectativas do cliente, informações sobre o produtor final e o seu mercado de destino, ou qualquer informação solicitada pelo produtor. É convidado a contactar os seus compradores para lhe permitir fornecer melhores informações e uma estimativa mais realista do plano de fornecimento.  **Melhores práticas:** Atua como um elo de ligação de mercado e oferece serviços de mercado e desenvolvimento comercial para benefício do produtor, facilitando o contacto entre o produtor e outro comerciante a favor de uma nova oportunidade de mercado para o produtor ou facilitar a participação do produtor numa feira comercial.  Organizações de produtores vulneráveis são entendidas como aquelas com acesso limitado ao mercado, porque, entre outras razões, elas são produtoras nos estágios iniciais de desenvolvimento/organização, pertencem a uma minoria étnica ou grupos de mulheres, elas são organizações muito pequenas, ou produtores em áreas afetadas por pós-conflito/catástrofe ou em países menos desenvolvidos (PMD).  Tem de apresentar provas escritas ao órgão de certificação quando o seu comprador alterou as respetivas encomendas para lhe comprar, afetando desse modo o seu plano anteriormente partilhado, e que também informou os produtos ou intermediadores sobre esta alteração.  Melhores práticas: O seu plano de fornecimento está incluído no contrato (bilateral) com o seu fornecedor para comprar volumes de Comércio Justo Fairtrade. | |  * 1. **Esta alteração é clara sobre a conformidade e o âmbito aplicável?**   **Sim**  **Não,** especifique o que deve ser mais esclarecido ou determinado  **Opção 2: 5. 5.3 Informações de mercado para os produtores**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** ~~Todos os comerciantes~~ Pagadores do Comércio Justo Fairtrade | | | **~~MPV~~ Básico** | Você deve **fornecer** informações relevantes de mercado para o produtor ~~regularmente~~ uma vez por ano, para permitir que o produtor compreenda melhor o contexto de mercado e tome decisões de negócios mais informadas.  Acorda com o produtor o tipo de informação de mercado necessária e apresenta um plano de fornecimento mediante pedido do produtor.  Quando apresenta um plano de fornecimento, está de acordo com os prazos estipulados no critério específico do produto e a sua renovação. Se o seu comprador alterar a encomenda mais cedo do que o prazo estipulado no critério específico do produto, informa o seu produtor ou intermediador em conformidade. | | **Ano 0** | | **Orientação:** As informações de mercado podem ser, por exemplo: tendências de mercado, especificação de qualidade, oferta e procura, expectativas do cliente, informações sobre o produtor final e o seu mercado de destino, ou qualquer informação solicitada pelo produtor. É convidado a contactar os seus compradores para lhe permitir fornecer melhores informações e uma estimativa mais realista do plano de fornecimento.  **Melhores práticas:** Atua como um elo de ligação de mercado e oferece serviços de mercado e desenvolvimento comercial para benefício do produtor, facilitando o contacto entre o produtor e outro comerciante a favor de uma nova oportunidade de mercado para o produtor ou facilitar a participação do produtor numa feira comercial.  Tem de apresentar provas escritas ao órgão de certificação quando o seu comprador alterou as respetivas encomendas para lhe comprar, afetando desse modo o seu plano anteriormente partilhado, e que também informou os produtos ou intermediadores sobre esta alteração.  Melhores práticas: O seu plano de fornecimento está incluído no contrato (bilateral) com o seu fornecedor para comprar volumes de Comércio Justo Fairtrade. | |  * 1. **Esta alteração é clara sobre a conformidade e o âmbito aplicável?**   **Sim**  **Não,** especifique o que deve ser mais esclarecido ou determinado  **Pergunta 4.3: Concorda com as alterações propostas acima, sobre os requisitos do plano de fornecimento e informação de mercado:**   * *excluir o requisito 5.5.1* * *alterar a aplicabilidade do requisito 5.5.2 de VBP para Básico e de “todos os comerciantes” para “todos os comerciantes que vendem a Compradores Finais* * *alterar a aplicabilidade do requisito 5.5.3 de VBP para Básico e de “todos os comerciantes” para “pagadores de Comércio Justo e Opção 1 ou Opção 2 sobre o fornecimento de pré-financiamento*   Concordo com todas as alterações listadas e a Opção 1 para o requisito 5.5.3  Concordo com todas as alterações e a Opção 2 para o requisito 5.5.3  Concordo parcialmente  Discordo  Não sei / Não é relevante para mim  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 4.3-1: PARA inquiridos de ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES:**  **Que informação de mercado é importante ser fornecida pelos comerciantes, para além do plano de fornecimento?**    **Proposta 4.4 Eliminar os três requisitos de MPV abaixo, integrando as medidas estipuladas em requisitos relacionados como conformidade básica ou como melhores práticas.**   |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | ***Pergunta 4.4 a-c*** | ***Concorda com a eliminação dos requisitos de MPV listados abaixo?*** | | ***Explique porquê, se concorda parcialmente ou discorda.*** | | **a)**  **~~5.7.1 Apoio aos produtores e às prioridades dos trabalhadores~~**   |  |  | | --- | --- | | ~~Aplica-se a: Todos os comerciantes~~ | | | ~~MPV~~ | ~~Você deve apoiar o plano de desenvolvimento dos produtores ou trabalhadores do Comércio Justo Fairtrade ou o plano de Prémio; ou fornecer suporte para outras atividades de capacitação operacionais, de produção ou organizacionais que os produtores ou trabalhadores escolherem~~ | | ~~Orientação: Esta contribuição deve ser, além do Prémio do Comércio Justo, paga ao produtor ou aos trabalhadores. As áreas de apoio devem ser escolhidas pelos produtores/trabalhadores. Estas podem incluir, mas não estão limitados a, técnicas de produção, qualidade do produto, produtividade, técnicas de armazenamento, agregação de valor, diversificação de renda, diversificação de mercado, gestão financeira e comercial, gestão de risco, práticas agrícolas, sistemas internos de gestão, desenvolvimento comercial, ou treinamento para os trabalhadores ou o Comité de Prémio. Esta também pode ser o pagamento de um Prémio do Comércio Justo maior. O seu apoio pode ser direto ou por meio de uma parceria. Pode ser na forma de financiamento, treinamento, facilitação de parcerias ou outras formas.~~ | |  * **Justificação:** O Critério para Comerciantes já inclui os requisitos aplicáveis aos grandes comerciantes para prestar apoio aos produtores na DDDHA (ver requisitos 3.3.6). Além disso, todos os outros comerciantes podem decidir prestar apoio sob a forma de serviço que está prevista no requisito (ver 5.1.7.).   Outra opção de apoio aos produtores é também estipulada na proposta de requisito revisto sobre o pré-financiamento, em que, no caso de terem sido identificados riscos elevados e o pré-financiamento de contratos de 60% seja considerado demasiado arriscado, os comerciantes podem optar por apoiar os produtores financeiramente com pagamentos adiantados (ver proposta 3.1 acima).     * **Implicação**: sem implicações para a conformidade básica do comerciante | **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim** | |  | | **b)**  **~~5.7.2 Fornecimento de grupos vulneráveis~~**   |  |  | | --- | --- | | ~~Aplica-se a: Todos os comerciantes~~ | | | ~~MPV~~ | ~~Você deve adquirir produtos do Comércio Justo Fairtrade de organizações de produtores vulneráveis.~~ | | ~~Orientação: Organizações de produtores vulneráveis são entendidas como aquelas com acesso limitado ao mercado, porque, entre outras razões, elas são produtoras nos estágios iniciais de desenvolvimento/organização, pertencem a uma minoria étnica ou grupos de mulheres, elas são organizações muito pequenas, ou produtores em áreas afetadas por pós-conflito/catástrofe ou em países menos desenvolvidos (PMD).~~ | |  * **Justificação:** O abastecimento junto de grupos vulneráveis é promovido através de propostas de requisitos sobre pré-financiamento revistos. * **Implicação**: sem implicações para a conformidade básica do comerciante | | **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim** |  | | **c)**  **~~5.7.3 Relações com o mercado para os produtores~~**   |  |  | | --- | --- | | ~~Aplica-se a: Todos os comerciantes~~ | | | ~~MPV~~ | ~~Você deve agir como uma ligação de mercado para os produtores de quem você compra.~~ | | ~~Orientação: Ser uma relação com o mercado poderia significar, mas não está limitado a, oferecer serviços de desenvolvimento comercial e de mercado para o benefício do produtor, facilitar o contato entre o produtor e outro comerciante para o benefício de uma nova oportunidade de mercado para o produtor, ou facilitar a participação do produtor em uma feira de comércio.~~ | |  * **Justificação** É melhor prática que os comerciantes atuem como uma relação com o mercado que é apresentada no requisito revisto proposto sobre ‘Informações de Mercado’ * **Implicações** : esta é a melhor prática para os comerciantes ao cumprirem a exigência do requisito revisto consultado 5.5.3 Informações de Mercado. | | **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim** |  |   **Tem mais alguma sugestão sobre as alterações acima propostas?**    **Compromisso e contratos a longo prazo**  As seguintes alterações pretendem melhorar a auditabilidade dos requisitos. A intenção é que os requisitos permitam relações comerciais mais estáveis através de condições transparentes e justas estipuladas em contratos que também ajudem a construir parcerias estáveis e de longo prazo.  **Proposta 4.5: rever o requisito sobre contratos de Comércio Justo Fairtrade para os pagadores, com implicações destas alterações para os intermediadores**  **5.1.2 Contratos do Comércio Justo Fairtrade para os pagadores**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Pagadores do Comércio Justo Fairtrade | | | **Básico** | Você deve **assinar** um contrato de compra para os produtos do Comércio Justo Fairtrade com o produtor (ou com o intermediador, se for o caso). Contratos seguem as regulamentações da indústria, e, no mínimo, devem indicar claramente:   * FLO ID, e nome da organização do produtor * volumes acordados; * especificações de qualidade; * preço, definido de acordo com os requisitos da seção de preços; * diferencial de preço aplicável * valor do Prémio do Comércio Justo a ser pago (indicado separadamente do preço); * quem é o responsável pelo pagamento do Preço do Comércio Justo e do Prémio do Comércio Justo, * a forma de pagamento, que deve ser transparente e rastreável; * a data da taxa de câmbio a ser utilizada caso o pagamento do preço e do prémio seja feito em uma moeda diferente do que foi definido na tabela de preços do Comércio Justo Fairtrade; * os termos e o montante do pré-financiamento acordados, se for o caso; * procedimentos em caso de problemas de qualidade; * condições de entrega utilizando termos comerciais internacionais (Incoterms); * condições de pagamento de acordo com os critérios de produtos; * Definição ou menção de "Força Maior"; * acordo sobre a jurisdição aplicável em vigor; e * um mecanismo de resolução alternativa de litígios para resolver conflitos. * condições acordadas em caso de devolução ou cancelamento de entregas   Ambas as partes contratantes **devem ter** direitos iguais de rescisão de contrato. | | **Orientação:** Para os contratos assinados com um produtor a responsabilidade pela elaboração do contrato deve ser mutuamente acordada. Quando nenhum acordo puder ser alcançado, a responsabilidade de elaborar o contrato recai sobre o comprador que deve também assegurar que o contrato chegue ao vendedor em um idioma acordado.  Mediação é recomendada como forma de resolução alternativa de litígios.  Contratos com o produtor devem ser assinados logo que as negociações tenham terminado e tenha se chegado a um acordo.  Os termos acordados sobre o pré-financiamento poderiam ser fornecidos como contrato escrito separado concluído entre o Primeiro comprador e os produtores  O diferencial do preço pode ser qualquer diferença positiva no primeiro preço pago ao produtor, por ex. diferencial orgânico (quando aplicável), ou se um produto foi comprado a um preço de mercado local como elegível para o Comércio Justo Fairtrade, o diferencial é a diferença entre o preço pago e o preço mínimo aplicável do Comércio Justo Fairtrade. Um diferencial negativo não pode ser aplicado ao Preço Mínimo do Comércio Justo Fairtrade.  É uma prática de negociação injusta quando, por exemplo, uma das partes se recusa a ter um contrato escrito ou quando o contrato se refere a valores abaixo do Preço Mínimo do Comércio Justo Fairtrade e do Prémio de Comércio Justo Fairtrade. Ver requisito 5.1.8, um exemplo da prática - “Transferência de custos ou riscos excessivos para a sua contraparte, tais como os preços exigidos abaixo dos custos”. Isto inclui também a pressão sobre os fornecedores, exigindo preços que estejam abaixo do custo do de compra do produto de Comércio Justo Fairtrade pelo fornecedor, que é, pelo menos, o preço mínimo do Comércio Justo Fairtrade e o Prémio de Comércio Justo Fairtrade. | |   **Pergunta 4.5-1: Concorda com os elementos revistos no requisito 5.1.2 nos Contratos:**  **Concordo com todas as alterações listadas**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 4.5-2: Concorda que o contrato estabeleça as condições para o caso de uma das organizações perder a certificação?**  **Por exemplo, o contrato também poderia incluir:**  "*Caso qualquer das partes esteja ciente de uma perda de certificação potencial ou real, deve notificar a outra parte imediatamente por escrito”*  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Proposta 4.6: rever a aplicabilidade dos requisitos atuais de MPV em Contratos Tripartidos com o produtor para Básico.**  **5.1.9 Contratos tripartidos com produtores**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Intermediadores e pagadores do Comércio Justo Fairtrade | | | **~~MPV~~**  **Básico** | Você deve assinar um contrato tripartido entre o produtor, o pagador do preço e do prémio, e você mesmo, ou você **(intermediador)** deve compartilhar com o produtor o contrato que você tem com o pagador do Comércio Justo Fairtrade, **ou você (intermediador) deve compartilhar com o pagador o contrato que você tem com o produtor** | | **Orientação:** A intenção é proporcionar uma melhor transparência nas operações do Comércio Justo Fairtrade e permite ao produtor saber as condições em que o produto do Comércio Justo Fairtrade é vendido. | |   **Justificação:** o contrato tripartido como ferramenta foi apresentado por muitas partes interessadas como uma sugestão para fortalecer a abordagem em torno dos compromissos e da transparência sobre termos acordados dentro da cadeia de fornecimento. O produtor deve estar ciente de todas as condições em que os seus produtos foram vendidos ao comprador seguinte.  **Implicação:** É obrigatório que as organizações comerciantes (pagadores e intermediadores) assinem um contrato tripartido e, caso não seja possível, os intermediadores têm de partilhar com os produtores os seus contratos com os pagadores  **Pergunta 4.6-1: Concorda com as alterações propostas acima?**  **Concordo com todas as alterações listadas**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Por favor, forneça a justificativa se você concordar ou discordar parcialmente e sugira uma alternativa equivalente ao contrato tripartite?**    **Pergunta 4.6-2:** Para apoiar a implementação consistente do requisito proposto aplicável aos comerciantes (intermediadores e pagadores) e à partilha de informação transparente, propõe-se introduzir um requisito básico aplicável aos produtores:  Requisito Básico/Ano 0 - “para os produtores partilharem com o seu pagador, o seu contrato bilateral com o intermediador”.  **Concorda que os critérios do produtor incluam o requisito aplicável aos produtores para partilhar o seu contrato com o pagador?**  **Concordo com todas as alterações listadas**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Proposta 4.7: rever o requisito atual de MPV e alterar a conformidade para Básico.**  **5.1.8 Compromisso a longo prazo de contratar fornecedores de Comércio Justo Fairtrade**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Primeiro comprador e comerciantes que vendem a Compradores Finais | | | **~~MPV~~**  **Básico** | Você deve ter um compromisso de longo prazo para se abastecer nas condições do Comércio Justo Fairtrade com o produtor ou com seus fornecedores, para que eles possam, por sua vez tem um contrato de longo prazo com os produtores.  O compromisso deverá ser acordado mutuamente e poderá ser revisto anualmente.  Longo prazo significa pelo menos 3 anos ou mais. | | **Ano 3** | | **Orientação:** A norma promove as relações a longo prazo para permitir que os produtores planeiam e fortaleçam a relação comercial. As parcerias comerciais de longo prazo são facilitadores chave para as organizações de produtores planearem os seus negócios, gerir o fornecimento e apoiar os seus membros a investir nas suas explorações.  Isto pode incluir um compromisso de origem em termos de Comércio Justo de uma organização específica de fornecedores ou produtores ou de se envolver numa parceria para apoiar as organizações de produtores quanto aos seus objetivos de sustentabilidade ambiental e social a longo prazo.  A intenção é promover relacionamentos de longo prazo e permitir que os produtores se programem. | |   **Justificação:** fortalecer a abordagem tipo em torno da promoção de compromissos a longo prazo para se envolver com os fornecedores de Comércio Justo Fairtrade.  **Implicação:** É obrigatório que os Primeiros compradores contratem os fornecedores com um compromisso a longo prazo. Esta poderá ser uma parceria de longo prazo que promove contratos de longo prazo com os produtores quando isto também é preferido pelos produtores. O compromisso deve ser pelo menos durante 3 anos e pode ser revisto conforme necessário.  **Pergunta 4.7 -1 Concorda com as alterações propostas acima?**  **Concordo com todas as alterações listadas**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 4.7-2: O requisito proposto estabelece que o compromisso deverá ser acordado mutuamente e poderá ser revisto anualmente.**  **Poderia explicar a que tipo de termos/condições aceitaria que o compromisso se referisse?**  *Por exemplo, ter um contrato vinculativo durante 3 anos, ou comprometer-se a comprar um volume mínimo*    **Direitos laborais e Proteção do ambiente**  **Trabalho forçado**  **Enquadramento:** A UE adotou um novo regulamento que permite à UE proibir a venda, a importação e a exportação de mercadorias feitas com recurso a trabalho forçado. As autoridades dos Estados-Membros e a Comissão Europeia poderão investigar bens, cadeias de fornecimento e fabricantes suspeitos. Se um produto for considerado como tendo sido feito com recurso a trabalho forçado, já não será possível vendê-lo no mercado da UE (incluindo online) e as remessas serão intercetadas nas fronteiras da UE.  Os critérios para produtores de Comércio Justo Fairtrade já incluem requisitos que proíbem as práticas de trabalho forçado. O atual Critério para Comerciantes inclui os requisitos da DDDHA sobre a forma como a diligência devida da organização tem de ser realizada, incluindo a identificação dos riscos de direitos humanos nas operações da própria organização comerciante e na sua cadeia de fornecimento. A inclusão do requisito sobre trabalho forçado garantirá que todos os intervenientes da cadeia de fornecimento de comércio justo minimizam o risco de trabalho forçado e se conformam com os quadros jurídicos da UE, obtendo as oportunidades comerciais que esta conformidade proporciona  **Proposta 4.8: introduzir um novo Básico/Ano 0 sobre Trabalho forçado aplicável a todos os comerciantes**    **NOVO. Repúdio do trabalho forçado**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** todos os comerciantes | | | **Básico** | A sua empresa não se envolve, apoia ou tolera, direta ou indiretamente, o trabalho forçado,  incluindo o trabalho prisional compulsivo ou involuntário. Explica isso à sua equipa.  A sua empresa impede as condições e práticas identificadas pela OIT como indicadores de trabalho forçado. | | **Ano 0** | | **Orientação:** “Trabalho forçado” inclui trabalho para o qual uma pessoa não se ofereceu voluntariamente e é forçada a realizar sob a ameaça de qualquer penalização.  A OIT reconhece estas condições e práticas como indicadores de trabalho forçado:  - Abuso de vulnerabilidade;  - Engano;  - Restrição de movimentos;  - Isolamento;  - Violência física e sexual;  - Intimidação e ameaças;  - Retenção de documentos de identidade;  - Retenção de salários;  - Escravidão por dívida; trabalho de servidão, tráfico de mão-de-obra;  - Condições de trabalho e vida abusivas;  - Trabalho extraordinário excessivo.  Se a sua empresa identificar o trabalho forçado como uma questão relevante e desenvolver uma política para prevenir, mitigar e remediar o trabalho forçado (ver requisitos 3.3.1 Políticas de Direitos Humanos e Ambientais), a sua política deve discutir todos os indicadores acima referidos que sejam riscos aplicáveis ​​para o seu ambiente operacional (país ou região) ou empresa.  Alguns exemplos de trabalho forçado:   * Engano no recrutamento, fornecendo informações exageradas sobre os salários e/ou outras condições de emprego * Cobrança de taxas de recrutamento, que o trabalhador tem de pagar antes de se despedir, pela empresa ou por uma agência de recrutamento utilizada pela empresa * Prazo de aviso prévio injustificadamente longo, quando um trabalhador rescindir o contrato de trabalho * Retenção de qualquer parte do salário, benefícios, património ou documentos ou exigência de depósitos/garantias financeiras * Forçar os trabalhadores a permanecerem empregados contra a sua vontade utilizando qualquer medida física ou psicológica. * Uso indevido de mão-de-obra prisional, recrutamento forçado ou tráfico de seres humanos para o trabalho   Uma pessoa torna-se um trabalhador por dívida quando o seu trabalho é exigido como meio de reembolso de um empréstimo. O risco de trabalho por dívida aumenta, se um trabalhador obtiver um empréstimo avultado da empresa ou de uma agência de recrutamento e/ou os termos e condições de um empréstimo não forem razoáveis.  A melhor prática é que a organização construa a sua capacidade de compreender as leis ou regulamentos sobre trabalho forçado relevantes e aplicáveis. A sua empresa poderia obter apoio das organizações especializadas em direitos locais para prestar assistência na prevenção dessas práticas. | |   **Justificação:** O novo requisito aplicável às empresas de comerciantes permitiria uma abordagem alinhada com o Comércio Justo Fairtrade dos critérios sobre a prevenção de trabalho forçado por todos os intervenientes da cadeia de fornecimento.    **Implicações:** As empresas têm de identificar e prevenir as práticas de trabalho forçado, para cumprir os novos regulamentos sobre o trabalho forçado e ficarem livres de quaisquer riscos associados.  **Pergunta 4.8: Concorda com o requisito proposto?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Proteção ambiental**  **Enquadramento:** O requisito de gestão dos impactos ambientais como requisito de MPV foi avaliado como um dos requisitos importantes para cumprir o critério e também como bastante viável (de acordo com as opiniões dos Comerciantes). Após a consulta sobre a DDDHA, este requisito é agora mantido como requisito Básico Ano 1. Nesta consulta, este requisito é revisto para se adaptar à proposta de retirada dos requisitos de MPV 4.2.5 e 4.2.6.  **Proposta 4.9: para rever o requisito Básico/Ano 1 sobre a Gestão de impactos ambientais (4.2.4) e eliminar dois requisitos de MPV, incorporando estas medidas como melhores práticas para cumprir o 4.2.4**  **4.2.4** **Gestão de impactos ambientais**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes, exceto os comerciantes de algodão do PFCJ após a fase de descaroçamento | | | **Básico** | Você deve entender e agir anualmente para **minimizar** seus impactos ambientais negativos diretos relacionados com os produtos do Comércio Justo Fairtrade  ~~no que diz respeito ao uso da terra e da biodiversidade, uso de água, uso de energia (incluindo emissão de carbono), os efluentes de águas residuais, emissões para o ar, resíduos, perturbações e prevenção de incidentes.~~ | | **Ano 1** | | **Orientação:** Para garantir a monitorização e implementação adequadas de medidas relativamente à gestão de impactos ambientais, as organizações de comerciantes terão de ter um sistema em vigor. O seu sistema de gestão ambiental refere-se a diversas áreas de possíveis impactos ambientais, por exemplo, no que diz respeito ao uso da terra e à biodiversidade, ao uso da água, ao uso de energia (incluindo a pegada de carbono), os efluentes de águas residuais, as emissões para a atmosfera, os resíduos, os incómodos e a prevenção de incidentes e permitir a identificação anual de oportunidades para minimizar o impacto.  Constitui melhor prática quando pode maximizar a utilização de materiais reciclados ou facilmente biodegradáveis para embalagem (quando relevante) ou quando tomar medidas para reduzir a sua pegada de carbono na(s) sua(s) cadeia(s) de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade..  A Pegada de carbono é a estimativa da quantidade de emissões de Gases de Estufa (GGG) que é direta  e indiretamente causada por uma atividade ou acumulado ao longo das fases de vida de um produto expresso como equivalente de  dióxido de carbono (CO2 e).  Todas as pegadas devem seguir uma metodologia em toda a indústria. Para a pegada de carbono, deve incluir todos os aspetos da sua empresa (âmbito 1 e 2) e fora da sua empresa, que afetam os seus produtos (âmbito 3). No nível mais simples, apenas é necessário um número por empresa, embora seja possível calcular uma área mais detalhada para diferentes tipos de produtos, se desejar. | |   **~~4.2.5 Embalagem de material reciclada ou de material biodegradável~~**   |  |  | | --- | --- | | **~~Aplica-se a:~~** ~~Todos os comerciantes, exceto os comerciantes de algodão do PFCJ após a fase de descaroçamento~~ | | | **~~MPV~~** | ~~Você deve maximizar o uso de materiais reciclados ou facilmente biodegradáveis nas embalagens.~~ |   **~~4.2.6 Redução de emissões de carbono~~**   |  |  | | --- | --- | | **~~Aplica-se a:~~** ~~Todos os comerciantes, exceto os comerciantes de algodão do PFCJ após a fase de descaroçamento~~ | | | **~~MPV~~** | ~~Você deve tomar medidas para~~ **~~reduzir~~** ~~a sua emissão de carbono dentro de sua cadeia de fornecimento do Comércio Justo Fairtrade.~~ |   **Justificação:** melhorar a expectativa sobre a conformidade e o âmbito aplicável de requisitos de 4.2.4, e fortalecer a implementação das medidas do comerciante na redução do impacto ambiental que são atualmente estabelecidas como requisitos de MPV.  **Implicações:** os comerciantes têm de ter um sistema ambiental em vigor para gerir e monitorizar o seu impacto potencialmente negativo no ambiente. Os comerciantes podem optar por uma das duas melhores práticas estabelecidas para a conformidade básica do requisito - utilizar materiais reciclados ou biodegradáveis para embalagem ou tomar medidas para reduzir a sua pegada de carbono na cadeia de fornecimento de Comércio Justo Fairtrade.  **Pergunta 4.9-1: Concorda com as alterações propostas em três requisitos acima?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 4.9-2:** A Fairtrade fornecerá mais orientações para prestar apoio quanto à Pegada de Carbono.  Por exemplo, existe uma orientação curta aplicável a critérios de Flores e Plantas que se refere à metodologia em toda a indústria para calcular a Pegada de Carbono – ver neste link: <https://files.fairtrade.net/standards/Scope-1-2-3_Carbon-Emissions.pdf>  **Considera que essa orientação pode ser útil para a sua cadeia de fornecimento?**  **Sim**  **Não, indique a razão aqui**  **Pergunta 4.9-3: Em geral, em que medida é viável e prático implementar alguma medida relativa aos cálculos da Pegada de Carbono? (mencione qualquer razão pela qual isto não seja viável ou por que razão é viável)**    **Proposta 4.10: rever o requisito da Lista de Materiais Perigosos, proporcionando mais clareza ao âmbito deste requisito para a realidade do comerciante.**  **4.2.2 Lista de Materiais Perigosos (HML)**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes, exceto os comerciantes de algodão do PFCJ após a fase de descaroçamento | | | **Básico** | Você **não deve usar** materiais na Lista de Materiais Perigosos da Fairtrade International Parte 1 (Lista Vermelha) em produtos do Comércio Justo Fairtrade (ver [Lista de Materiais Perigosos](http://www.fairtrade.net/fileadmin/user_upload/content/2009/standards/documents/Hazardous_Materials_List_EN.pdf)) durante o envio, processamento, transporte ou armazenamento. Materiais sintéticos apenas são usados se oficialmente registados e desde que seu uso seja permitido na cultura/produto no país de uso  Você deve criar uma lista dos pesticidas usados em produtos de Fairtrade e mantê-la atualizada. A lista deve conter o nome dos ingredientes ativos, nome comercial, produto em que são usados e pragas que são alvo da ação. Indique quais desses materiais estão na Lista de Materiais Perigosos da Fairtrade International (HML), Parte 1 (Lista Vermelha), Parte 2 (Lista Laranja) e Parte 3 (Lista Amarela). | | **Orientação:** A HML da Fairtrade International tem três partes: Parte 1 (Lista Vermelha) que inclui uma lista de materiais proibidos e  Parte 2 (Lista Laranja), que inclui uma lista de materiais que podem ser usados nas condições especificadas no critério (veja exigência 3.2.3) e cujo uso será monitorado e a Parte 3 (Lista Amarela), que inclui uma lista de materiais que estão marcados por serem perigosos. Sugerimos que você descontinue o uso dos materiais contidos nas Listas Laranja e Amarela.  Você pode usar materiais listados na HML em produtos que não são produtos do Comércio Justo Fairtrade, mas você será questionado pelos auditores para quais produtos e pragas eles estão sendo usados. A empresa é incentivada a não usar esses materiais em quaisquer dos produtos, eles são perigosos para a saúde e para o ambiente.  Caso os produtos não Comércio Justo Fairtrade e Comércio Justo Fairtrade sejam manuseados/armazenados no mesmo local de armazenamento/unidade de processamento, o risco de contaminação de produtos de Comércio Justo Fairtrade com um material(ais) da HML deve ser monitorizado e evitado pela empresa comercial. Se utilizar o serviço de terceiros para realizar qualquer tratamento de instalações de armazenamento relacionadas, garanta que a utilização de materiais químicos está de acordo com a HML e alinhada com as normas de segurança.  Existem muitos materiais que não são aprovados para uso na agricultura devido à sua natureza extremamente perigosa ou que atualmente são considerados obsoletos, e todos eles estão listados na HML. É, portanto, muito importante que apenas materiais oficialmente aprovados sejam usados em plantações de produtos e para as finalidades para as quais são aprovados. Métodos tradicionais para o controle de pragas, tais como preparações botânicas, podem ser usados mesmo se não constam especificamente aprovados para uso na agricultura, desde que não sejam explicitamente proibidos. | |   **justificação:** Como os comerciantes não estão diretamente envolvidos na produção das culturas, o âmbito da HML nem sempre é claro na realidade das empresas comerciais. A alteração proposta garante um melhor alinhamento com a realidade dos comerciantes.  **Implicações:** As empresas comerciais devem garantir que a HML não é utilizada durante qualquer dos processos em que o produto do Comércio Justo é manuseado. As empresas comerciais também têm de se certificar de que, se por exemplo o tratamento do local de armazenamento for subcontratado a um serviço de terceiros, a utilização dos materiais é feita de acordo com as condições descritas na LMG.  **Pergunta 4.10-1: Você concorda com as alterações propostas no requisito acima?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**  **Pergunta 4.10-2: Atualmente, os requisitos aplicáveis aos comerciantes da HML não incluem qualquer elemento de eliminação de materiais perigosos (resíduos).**  **Até que ponto considera importante que isto esteja incluído nos requisitos relacionados?**  **Muito importante**  **Não é importante**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação para qualquer resposta fornecida.**    **Tem algum comentário adicional à secção de Proteção ambiental?** |

1. **Função de exportador**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| A Fairtrade incentiva os produtores a subir a cadeia de valor e a exportarem diretamente. No entanto, isto nem sempre é viável devido à capacidade das organizações (especialmente para SPO) – porque a exportação implica diretamente assumir o risco de preços e exige determinadas capacidades em termos de fundo de maneio, capacidades de gestão, conhecimento da gestão do risco de preços. O papel do exportador e do importador é estabelecido no [Anexo do Critério para Comerciantes “Pagador e Intermediador do Comércio Justo Fairtrade”](https://files.fairtrade.net/standards/TS_EN.pdf) com diferentes cenários específicos para cada produto e referindo-se à responsabilidade de pagar ou intermediar o preço ou o prémio ou ambos.  Os Preços Mínimo de Comércio Justo Fairtrade são definidos em níveis específicos na cadeia comercial que determinam em que ponto a propriedade do produto passa do vendedor para o comprador e, desse modo, quais os custos que devem ou não ser cobertos pelo preço definido. Existem duas categorias principais de preços: Ex Works (EXW) e Free at Board (FOB). Ao diferenciar os preços em EXW e FOB, a Fairtrade garante que todas as partes envolvidas na transação têm uma compreensão clara das respetivas responsabilidades e custos.  Um pagador de Comércio Justo Fairtrade é o comerciante que é responsável por pagar pelo menos o preço mínimo do Comércio Justo Fairtrade e o prémio de Comércio Justo Fairtrade ao produtor, e por reportar ao órgão de certificação.  Em geral, o primeiro comprador é pagador do preço e do prémio do Comércio Justo Fairtrade. Mas em algumas categorias de produtos, onde o preço é definido ao nível FOB, quando estão envolvidos os exportadores, o importador é pagador do preço e/ou do prémio, e o exportador atua como intermediador do preço e/ou do prémio.  O **requisito 5.1.1 ‘Papel como pagador ou intermediador’** exige que a organização do comerciante compreenda e documente o seu papel, seja um **pagador** ou **intermediador**.  A tabela seguinte descreve 5 cenários mais comuns no comércio sobre a responsabilidades de pagar o preço e o prémio do Comércio Justo Fairtrade.  **Verifique os cenários e indique qual deles é aplicável à sua situação e se teve alguma dificuldade específica para identificar o seu papel.**  Indique nesta caixa que produto de Comércio Justo Fairtrade comercializa → :   |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | | Cenário | Clarificação do cenário | Assinale a quadrícula com um cenário que se aplique a si | Se sentir dificuldades em qualquer dos cenários descritos, explique | | 1. Os produtores exportam diretamente para os importadores.   *O importador é o pagador do preço e do prémio.* | *A organização produtora exporta o produto diretamente para os importadores* |  |  | | 1. O produtor vende ao importador, através dos serviços de um exportador.   *O importador é o pagador do preço e do prémio.*  *Exportador é prestador de serviços.*  *O produtor mantém a relação com o importador.* | *No caso de os produtores não possuírem licença de exportação, ou não terem capacidade para exportar, podem fazê-lo através de um exportador como um serviço* |  |  | | 1. O produtor vende a um exportador.   *O exportador atua como pagador do preço e do prémio.* |  |  |  | | 1. O produtor vende ao exportador (intermediador), que vende ao importador (pagador de Comércio Justo Fairtrade).   *O importador continua a ser o pagador do prémio e do preço*  *O exportador é o intermediador do preço e do prémio.* | *Em certos casos, o exportador não tem a capacidade de atuar como pagador do preço e do prémio. Nestes casos, os exportadores podem atuar como intermediadores: continuam a comprar a preço de mercado relevante, facilitam o acesso ao pré-financiamento, fornecem um plano de fornecimento, mas apenas pagam o diferencial do preço (se superior ao preço que já pagaram) e o prémio assim que venderam o produto ao comprador seguinte.* |  |  | | 1. O produtor vende ao exportador (intermediador) como elegível para o Comércio Justo Fairtrade, o exportador vende ao importador.   *O importador é o pagador do prémio e do preço* | *O exportador compra o produto como elegível para o Comércio Justo Fairtrade, o que significa que só pagará o diferencial de preços e o prémio do volume efetivamente vendido como Comércio Justo Fairtrade.* |  |  | | OUTRO Cenário –  POR FAVOR, apresente os detalhes |  |  |  |   **Pergunta 5.1:** A Fairtrade gostaria de reforçar a abordagem de como as responsabilidades de pagar ou intermediar o preço e o prémio são partilhados pelos exportadores e importadores. A justificação para isso é procurar mais clareza em funções e responsabilidades que ajudariam a eliminar os riscos de práticas comerciais injustas.  Uma das alterações é que **os exportadores sejam envolvidos apenas como prestadores de serviços ao produtor (ver Cenário 2), o que implica que o exportador não estará envolvido no pagamento ou intermediação do preço ou do prémio de Comércio Justo Fairtrade**.  **Concorda com este sentido?**  **Sim**  **Não,** indique porquê  Se o seu feedback for relevante apenas para o produto específico, indique aqui qual(is) o(s) produto(s):    **Pergunta 5.2: A Fairtrade gostaria de introduzir esclarecimentos sobre esclarecimentos nas definições das categorias de preço “Ex Works” e “Free on Board”. “(veja as alterações em laranja)**   * **Ex Works** significa que a entrega ocorre quando o vendedor coloca as mercadorias à disposição do comprador nas instalações do vendedor ou outro local designado (trabalhos, fábrica, armazém, etc.) não é despachado para exportação e não é carregado em qualquer veículo de recolha.*Isso implica que os custos de transporte para o local acordado estão normalmente incluídos na FMP. O comprador é responsável por todos os encargos. Se a entrega ocorrer num ponto de recolha fora da organização do produtor (por exemplo, um porto), todos os custos relacionados com o transporte devem ser pagos pelo comprador se não forem incluídos na FMP.* * **Free on Board (FOB)** significa que o vendedor entrega quando os produtos passam o perímetro do navio no porto de envio nomeado. A partir desse ponto, o comprador tem de suportar todos os custos e riscos de perda ou danos nas mercadorias. Segundo os termos FOB, o vendedor é obrigado a despachar as mercadorias para exportação. *Isso implica que o transporte dos bens para o porto de envio e os custos de carregamento estão incluídos no preço. O comprador é responsável por todos os outros encargos.*   **Pergunta 5,2a: Considera que a descrição atual do preço EX Works e do preço Free on Board é clara para si?**  **Sim**  **Não,** explique o que não está exatamente claro  **Pergunta 5.2b: Com base em sua experiência no comércio, você vê algum desafio se o preço FOB for sempre pago pelo importador?**  Isto implica que para todos os produtos em que esteja definido o FOB, o importador é o pagador e se o produtor vender a um exportador/processador, então este exportador/processador será o intermediador.  **Sim**  **Não**   |  |  | | --- | --- | | **Se a sua resposta é ‘Concordo’, indique o seu produto e apresente uma justificação, na caixa *→*** |  | | **Se a sua resposta é ‘Discordo/Concordo parcialmente’, indique o seu produto e apresente uma justificação, na caixa *→*** |  |   **Tem algum comentário adicional à secção sobre o papel de exportador?** |

1. **Práticas comerciais injustas**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| O Critério para Comerciantes já inclui requisitos que tentam resolver diretamente algumas práticas comerciais insensatas, com, por exemplo, destaque para os contratos escritos. No entanto, este critério não pode abranger todas as situações possíveis em que possam ocorrer práticas comerciais injustas. O seu contributo sobre a partilha de experiências relativas às práticas listadas na orientação ajudar-nos-á a melhorar a auditabilidade deste e de outros requisitos.  **A Proposta 6.1 de introduzir mais indicadores de UTP na orientação do requisito e consultar a experiência das partes interessadas com essas práticas, bem como sobre a clareza de cada indicador.**  **5.8.1 Práticas comerciais injustas**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes | | | **Básico** | O Comércio Justo não deve aceitar práticas injustas que prejudiquem claramente a capacidade de competir dos produtores ou dos outros comerciantes ou a imposição de condições comerciais com fornecedores que tornaria mais difícil para eles cumprirem com os critérios do Comércio Justo Fairtrade.  Não deve haver **nenhuma indicação de que você se envolve** em tais práticas. | | **Orientação:**  O Livro Verde da UE sobre práticas comerciais injustas as descreve como "práticas que grosseiramente se desviam da boa conduta comercial, são contrárias à boa-fé e à negociação justa e são unilateralmente impostas por um parceiro comercial sobre um outro". As práticas comerciais injustas referem-se a situações de abuso de posição dominante relativa e/ou abuso de dependência econômica, quando uma parte mais forte impõe condições injustas para uma parte economicamente dependente (e, portanto, mais fraca).  Alguns exemplos de tais práticas são:   * Pagamentos atrasados (mais de 30 dias após a entrega do produto) * Devolução ou cancelamento de entregas sem compensações completas * Imposição injusta e infundada de determinados custos (por exemplo, custos de marketing ou desperdício) à organização do produtor * Alteração unilateral das condições contratuais * Recusar contratos escritos * Concorrência desleal e retaliação contra um fornecedor após uma reclamação * Cláusulas contratuais abusivas, tais como contratos vinculativos ou contratos de exclusividade (a menos que claramente benéficos para a outra parte) e cláusulas de não concorrência. * Contratos geralmente desvantajosos impostos através do abuso da posição de credor. * Transferência excessiva de custos ou riscos para a sua contraparte, como a exigência de preços abaixo dos custos ou a cobrança de taxas por serviços que não são exigidos ou estão acima do valor. * Uso incorreto de cláusulas contratuais não especificadas, ambíguas ou incompletas. * Rescisão injusta repentina ou rompimento de uma relação comercial, utilizada como um meio para intimidar uma parte contratante. * Uso indevido de informações confidenciais. * Interferência nos negócios do parceiro, como “fisgar” membros de organizações de produtores ou tentar enfraquecer as organizações existentes.   Ver a [nota de interpretação](https://files.fairtrade.net/standards/TS-INT_EN.PDF) para mais informações sobre a forma como será verificada a conformidade com este requisito. | |   Os exemplos de práticas listadas nas orientações são também utilizados como orientação para indicações sobre o UTP durante a auditoria.  Para garantir a compreensão alinhada das práticas listadas e para melhorar os critérios para comerciantes relacionados existentes, é convidado a avaliar a lista para indicar a possibilidade de estas práticas ocorrerem na sua experiência comercial.  Agradecemos partilhe a sua experiência na lista proposta de práticas de negociação injustas e deixe um comentário se alguma das práticas listadas não for clara para si.  NOTA: Os seus contributos serão utilizados APENAS para fins de investigação - para melhorar a clareza desta orientação do requisito e, se necessário, a clareza de outros requisitos   |  |  | | --- | --- | | **Exemplo de prática de negociação injusta**  *(no final desta tabela também pode adicionar o seu próprio exemplo)* | **Agradecemos que explique se o exemplo for claro para si e se puder partilhar a sua experiência** | | Pagamentos atrasados (mais de 30 dias após a entrega) |  | | Devolução ou cancelamento de entregas sem compensações completas |  | | Imposição injusta e infundada de determinados custos (por exemplo, custos de marketing ou desperdício) à organização do produtor |  | | Alteração unilateral das condições contratuais |  | | Recusar contratos escritos |  | | Concorrência desleal e retaliação contra um fornecedor após uma reclamação |  | | Cláusulas contratuais abusivas, tais como contratos vinculativos ou contratos de exclusividade (a menos que claramente benéficos para a outra parte) e cláusulas de não concorrência. |  | | Contratos geralmente desvantajosos impostos através do abuso da posição de credor. |  | | Transferência excessiva de custos ou riscos para a sua contraparte, como a exigência de preços abaixo dos custos ou a cobrança de taxas por serviços que não são exigidos ou estão acima do valor. |  | | Uso incorreto de cláusulas contratuais não especificadas, ambíguas ou incompletas. |  | | Rescisão injusta repentina ou rompimento de uma relação comercial, utilizada como um meio para intimidar uma parte contratante. |  | | Uso indevido de informações confidenciais. |  | |  |  | |  |  | |  |  | |  |  | |  |  |   **Tem algum comentário adicional à secção sobre Práticas comerciais injustas?** |

1. **Outras alterações**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Esta secção inclui quatro requisitos em que são sugeridas alterações para melhorar a auditabilidade ou esclarecer as expectativas dos comerciantes no âmbito da conformidade e um requisito em que o feedback das partes interessadas é recolhido para melhorias adicionais.  **Definições**  **Proposta 7.1: Introduzir a definição de “compra”**   1. **Compra** refere-se a qualquer das seguintes ações:  * A entrega física do produto, * Pagamento do produto, * Faturação do produto, ou * Um contrato de compra vinculativo (ou ordem de compra no âmbito de um contrato-quadro) com a especificação de uma data de entrega no prazo de três meses.  1. A intenção de compra não pode ser considerada uma compra. 2. A organização do comerciante deve escolher uma das opções que se enquadram no âmbito das definições de compra e utilizá-la de forma consistente para todos os cálculos e ao longo dos anos.   *Se já tiver fornecido a sua resposta na secção ‘Mass Balance’ que se refere à ‘compra’, o seu feedback será considerado como contributo para esta pergunta.*  **Pergunta 7.1: Concorda com a definição de compra apresentada acima?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Direito a comercializar produtos de Comércio Justo Fairtrade**  **Proposta 7.2: adicionar esclarecimentos nas orientações sobre situações em que uma organização comerciante interessada em aderir à certificação de Comércio Justo Fairtrade poderia ter começado a abastecer-se em produtores de Comércio Justo Fairtrade antes de receberem “autorização para comercializar”.**  **1.1.1 Permissão do órgão de certificação**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes | | | **Básico** | Você deve começar a negociar produtos do Comércio Justo Fairtrade **depois que você receber** a permissão aplicável do órgão de certificação. | | **Orientação:** Produto de Comércio Justo Fairtrade significa produtos comercializados segundo os termos do Comércio Justo Fairtrade.  Para todos os comerciantes que estavam a fornecer produtos elegíveis para o Comércio Justo Fairtrade antes da sua certificação/“autorização para comercializar”, não há qualquer indicação de que se tenha referido aos produtos como certificados pelo Comércio Justo Fairtrade na sua comunicação ou transações para os seus clientes. | |   **Justificação**: melhorar a clareza na implementação deste requisito que também permitiria não penalizar as organizações comerciais que, antes de obter a sua “autorização para comercializar’, começaram a negociar produtos de Comércio Justo Fairtrade, mas não comunicaram essa situação em nenhuma da sua documentação de vendas (ou seja, que estes eram produtos de Comércio Justo Fairtrade).  **Implicação**: os comerciantes serão penalizados caso haja indicação de que os produtos de Comércio Justo Fairtrade foram comercializados/vendidos como Comércio Justo Fairtrade (em comunicação/transação) antes da “autorização para comercializar”.  **Pergunta 7.2.-1: Concorda com a alteração proposta acima?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 7.2-2: Se tiver outras dificuldades em cumprir a conformidade com estes requisitos, ou se estiver ciente de algum risco específico da sua parte, explique aqui.**    **Proposta 7.3: Para explorar as dificuldades de implementação do requisito 1.1.5. em todos os comerciantes e produtos.**  **1.1.5 Parceiros de vendas do Comércio Justo Fairtrade**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes | | | **Básico** | Você deve **garantir** que os produtos do Comércio Justo Fairtrade que não estejam em embalagens prontas para consumo, só sejam vendidos a comerciantes do Comércio Justo Fairtrade com uma certificação válida. |   **Justificação:** De acordo com a investigação interna, para algumas organizações comerciantes é difícil garantir a verificação de que os seus compradores são comerciantes certificados pelo Comércio Justo Fairtrade ou não. O âmbito deste requisito é apenas no caso da venda de produtos de Comércio Justo Fairtrade que não estejam embalados prontos para o consumidor.  **Implicação**: nenhuma nova implicação.  **Pergunta 7.3: Poderia partilhar alguma dificuldade para cumprir este requisito? Partilhe exemplos de riscos ou outras dificuldades para as suas operações.**    **Proposta 7.4: melhorar a clareza quanto ao cumprimento da exigência da declaração de conteúdos de Comércio Justo Fairtrade, quando são estabelecidas regras diferentes em legislação nacional.**  **2.2.3 Declaração de conteúdo do Comércio Justo Fairtrade**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Todos os comerciantes comercializando produtos alimentares compostos (exceto comerciantes do PFCJ) | | | **Básico** | Você deve **declarar** o percentual mínimo de conteúdo do Comércio Justo Fairtrade na parte de trás da embalagem, a menos que contradiga a lei nacional.  Quando a legislação nacional for menos exigente do que este Critério, prevalecerá o requisito do Critério. | | **Orientação:** É da responsabilidade do licenciado garantir que a embalagem do produto esteja em conformidade com todas as leis de rotulagem dentro da jurisdição da(s) área(s) onde o produto está sendo vendido. | |   **Justificação**: o objetivo é esclarecer para os comerciantes cujas leis nacionais regulam a declaração relativa à receita/conteúdo dos produtos compósitos. Em termos do nível de conformidade, se este regulamento for menos exigente prevalece o requisito do Critério.    **Implicação:** As organizações de comerciantes têm de ter conhecimento das leis nacionais aplicáveis​no país onde operam e, no caso de o requisito do Critério ser mais exigente, prevalece a cláusula do critério, a menos que seja contraditória. Por exemplo, se a legislação proibir claramente que se declarem informações sobre o conteúdo de Comércio Justo Fairtrade.  **Pergunta 7.4-1: Concorda com a alteração proposta acima?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 7.4-2: Se tiver outras dificuldades para cumprir o requisito 2.2.3 revisto acima, explique aqui.**    **Proposta 7.5: para melhorar a clareza sobre os prazos aplicáveis para transferir o diferencial do prémio e do preço, e possíveis atrasos no pagamento de diferencial orgânico.**  **5.3.2 Transferência em dia do Prémio e do diferencial de preço pelos intermediadores**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Intermediadores do Comércio Justo Fairtrade | | | **Básico** | Você deve **pagar** o diferencial de preço (se aplicável) e o Prémio do Comércio Justo ao  produtor no mais tardar até 15 dias de calendário após o recebimento do pagamento do pagador do Comércio Justo Fairtrade. Um prazo diferente pode ser acordado por escrito entre você e o produtor; neste caso o pagamento deve ser feito no mais tardar 30 dias de calendário após o final de cada trimestre. | | **Orientação:** Um diferencial de preço pode entrar em jogo caso o Preço Mínimo do Comércio Justo seja maior que o preço em que o intermediador inicialmente comprou o produto do produtor. Então, você deve transmitir ao produtor a diferença entre o Preço Mínimo do Comércio Justo e o preço pago, uma vez que o pagamento tenha sido recebido do pagador do Comércio Justo Fairtrade. | |   **NOVO Pagamento atempado do diferencial do preço orgânico pelos pagadores**   |  |  | | --- | --- | | **Aplica-se a:** Pagadores de Comércio Justo Fairtrade que se abasteçam diretamente nos produtores | | | **Básico** | **Paga** o diferencial de preço orgânico (se aplicável) ao produtor o mais tardar 15 dias de calendário após a receção dos documentos de transferência da propriedade.  O pagamento tardio do diferencial orgânico é permitido nas seguintes condições:   * a necessidade de teste laboratorial do produto foi acordada e incluída no contrato com o produtor * o pagamento deve ser realizado até 15 dias após a chegada do produto ao país de destino e existe um teste laboratorial negativo |   **Justificação:** De acordo com os critérios de Comércio Justo Fairtrade, os pagamentos devem ser efetuados o mais rapidamente possível. As alterações propostas pretendem melhorar a clareza no número real de dias para o pagamento do diferencial de preços e do prémio de Comércio Justo Fairtrade por intermediadores aos produtores em que os dias estipulados devem ser calculados como dias de calendário, ou seja, todos os dias no calendário, incluindo sábados/domingos. Ao mesmo tempo, introduzir novos requisitos sobre o pagamento atrasado do diferencial orgânico proporciona clareza sobre atrasos possíveis e permitidos resultantes de testes laboratoriais obrigatórios/necessários.  **Implicação**: os comerciantes têm de garantir que a transferência do prémio e do diferencial de preço de Comércio Justo Fairtrade está de acordo com os prazos estipulados em números de dias como “dias de calendário”. Os pagadores que fornecem produtos orgânicos diretamente dos produtores podem atrasar o pagamento do diferencial orgânico de acordo com as condições estipuladas no requerimento proposto.  Em caso de atraso de pagamento dos produtos orgânicos pelo pagador, o prazo aplicável para intermediadores é estabelecido no atual requisito 5.3.2.  **Pergunta 7.5-1: Concorda com a alteração proposta acima?**  **Concordo**  **Concordo parcialmente**  **Discordo**  **Não sei / Não é relevante para mim**  **Apresente uma justificação se concorda parcialmente ou discorda.**    **Pergunta 7.5-2: Necessita de realizar testes de laboratório de produtos NÃO orgânicos (ou seja, convencionais)?**  **Não**  **Sim, por favor explique por que razão necessita de testar o produto:**  **Pergunta 7.-3: Se testar regularmente produtos orgânicos ou não orgânicos, poderá partilhar que dificuldades enfrenta? (por exemplo, em relação aos prazos de pagamento ou outros, duração da análise e procedimentos relacionados, etc.)** |

**Feedback geral das partes interessadas sobre a revisão do Critério para Comerciantes do Comércio Justo Fairtrade**

Nesta secção, é convidado a apresentar feedback adicional sobre qualquer dos requisitos do [Critério para Comerciantes de Comércio Justo Fairtrade](https://files.fairtrade.net/TS_EN.pdf) ou apresentar comentários gerais. Se estiver a referir-se a um requisito específico, inclua o número do requisito sempre que possível e os seus comentários

|  |  |
| --- | --- |
| **Tema / Sección del Criterio / Número del requisito** | **Comentarios / opiniones** |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |
|  |  |

Se precisar de mais alguma informação antes de comentar este documento, não hesite em contactar [standards-pricing@fairtrade.net](mailto:standards-pricing@fairtrade.net)

**ANEXO 1**

**Lista de regulamentos europeus, legislação nacional e estruturas internacionais utilizadas na avaliação de áreas de reporte de DDDHA de Comércio Justo Fairtrade (indicadores) propostas** *ver propostas na secção ‘Comunicação sobre DDDHA’*

**União Europeia (UE)**

* Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas (CSRD).
* Norma europeia de relato de sustentabilidade (ESRS)
* Diretiva Diligência Devida sobre Sustentabilidade das Empresas (CS3D)
* Regulamento relativo ao Trabalho Forçado (EUFLR)
* Regulamento relativo à Desflorestação (EUDR)

**Legislações nacionais**

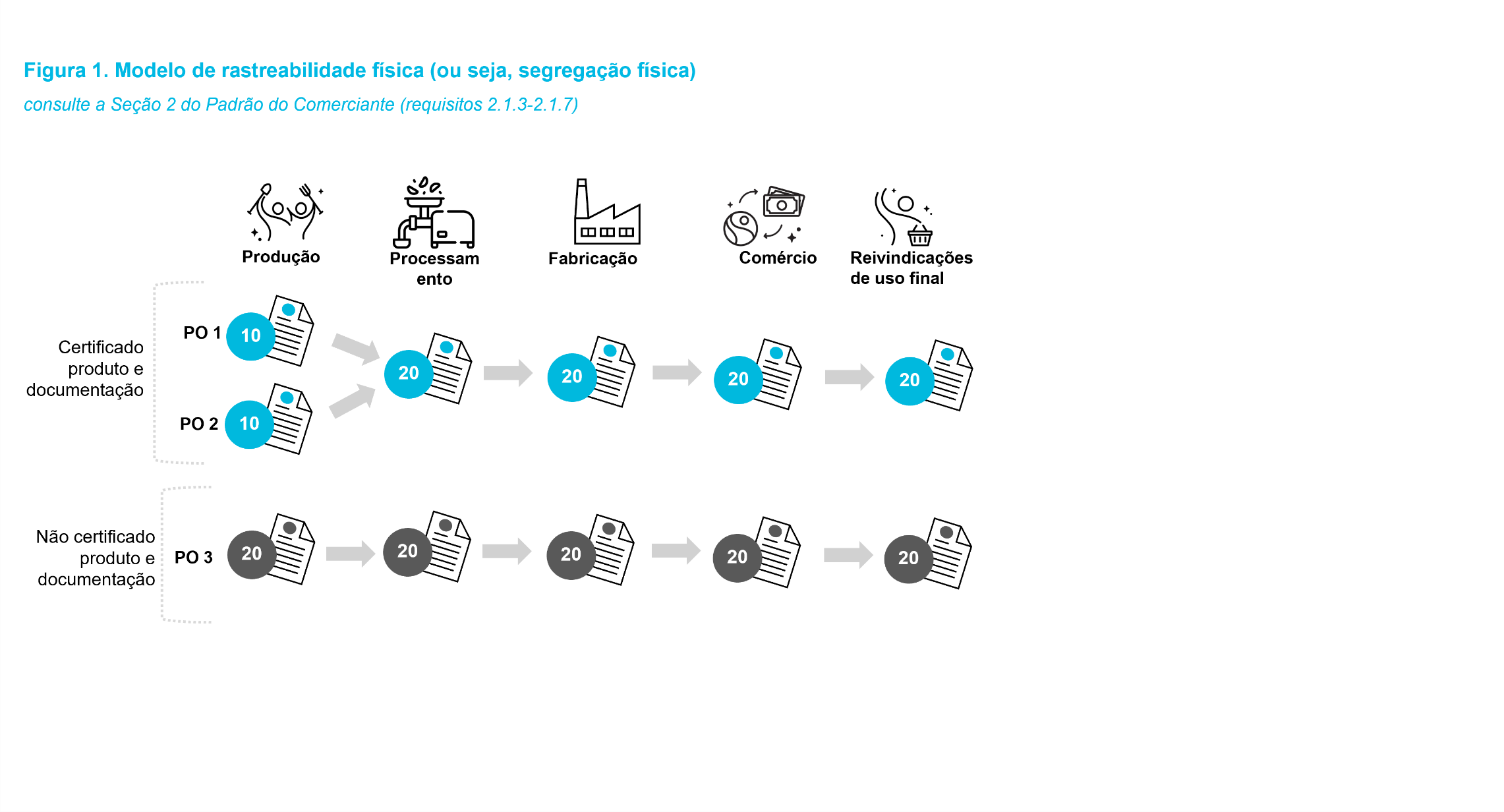
* **Alemanha** - Lei relativa às obrigações de diligência devida das empresas em cadeias de fornecimento de 2021
* **Reino Unido** - Lei relativa à escravatura moderna de 2015; Lei do Ambiente de 2021
* **Suíça** - Código Civil (1 de janeiro de 2024) Art.ºs 964 a – c
* **França** - Lei relativa ao dever de vigilância de empresas controladoras e controladas de 2017
* **Países Baixos** - Lei relativa à diligência devida sobre o trabalho infantil de 2017
* **Canadá** - Lei relativa ao combate ao trabalho infantil e trabalho forçado em cadeias de fornecimento de 2023
* **Austrália** - Lei relativa à escravatura moderna de 2018
* **Noruega** - Lei relativa à transparência e trabalho das empresas sobre direitos humanos fundamentais e condições de trabalho decente de 2021

**Normas internacionais**

* Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGP)
* Orientação da OCDE sobre Diligência Devida para a Conduta Empresarial Responsável (Orientação da OCDE)

**Anexo 2**

**Modelos de rastreabilidade do atual critério para Comerciantes de Comércio Justo Fairtrade e modelos que são colocados em consulta.**

****

A screenshot of a computer screen

Description automatically generated

A diagram of a diagram of a device

Description automatically generated with medium confidence

A diagram of a truck

Description automatically generated

1. Práticas de comércio injusto - práticas que se desviam grosseiramente da boa conduta comercial, são contrárias à boa-fé e à negociação justa e são impostas unilateralmente por um parceiro comercial ao outro ([ver](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/de/MEMO_14_485) [link aqui](https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/de/MEMO_14_485)) [↑](#footnote-ref-1)